

# Nossa Voz

# אונדזער שטימע

# 우리 목소리

# Nuestra Voz

Secundaristas  
em luta  
Foto: Martha  
Kiss Perrone



## MICROPOLÍTICAS

# Ações para despacificar

por  
**Acácio Augusto  
e Amílcar Packer\***

*“Acredito que a memória sempre tenha força de gravidade; sempre nos atrai. Os que têm memória são capazes de viver no frágil tempo presente. Os que não a têm, vivem em lugar nenhum.”*

PATRICIO GUZMAN,  
NOSTALGIA DA LUZ, 2010

### Primeiramentes

**Primeiramente: pela liberdade de se amar de todas as maneiras.**

Nada ou ninguém pode dizer o que é certo, o que é permitido, muito menos se algo é ou não juridicamente legal no amor.

**Primeiramente: pelo fim das violências sexuais e de gênero em todas suas manifestações.**

Estima-se que no Brasil mais de 530.000 pessoas foram violentadas sexualmente em 2014; 10% seriam o total reportado e desses, 89% são compostos por mulheres e 70% por crianças ou jovens (fonte: Ipea). Segundo a Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA–International Lesbian and Gay Association), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Nas últimas duas décadas, a violência contra a população LGBT tem aumentado de modo alarmante, chegando a um assassinato por dia.

**Primeiramente: pelo fim do extermínio d.s pret.s.**

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são pessoas negras. A maioria dos homicídios é praticada utilizando armas de fogo e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. (fonte: Anistia Internacional).

No Brasil, uma pessoa negra tem 2,5 vezes mais chance de ser assassinada do que uma pessoa branca.

**Primeiramente: fora UPPs e todas as formas de polícia.**

Em 2008, a favela de Santa Marta, em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, recebeu a primeira Unidade de Polícia Pacificadora. Desde então, as UPPs se tornaram o programa vitrine de segurança pública do Estado, sob o signo da pacificação e retomada de controle dos territórios das favelas pela expulsão do tráfico. O “caso Amarildo” (Amarildo Dias de Souza, Rio de Janeiro, 1965–2013) revelou, para o país, um pouco da violenta realidade imposta pelas UPPs aos moradores das comunidades: centros de tortura, esquadrões da morte, subjugação e humilhações, dentre outras violências cometidas pelas forças da ordem, que se tornaram cotidianas.

**Primeiramente: abolição penal e fim das internações em todas as prisões no mundo.**

Segundo a Comissão Nacional de Justiça, em 2015 a população carcerária do Brasil chegou a mais de 850.000 presos (incluindo prisões domiciliares que atingem por volta de 150.000). O Brasil se tornou o 3º país em número de prisões, perdendo apenas para os EUA e China, países mais populosos em números absolutos. Em 25 anos (1990–2015), o número se multiplicou por 8, e segundo o Infopen de 2014, 40% d.s pres.s não passaram por julgamento, e em 1/3 dos casos, estão nessa condição há mais de 3 meses. Segundo dados de fevereiro de 2016, do Institute for Criminal Policy Research, a população carcerária mundial ultrapassou os 10.350.000 de indivíduos. Recusar o extermínio das pessoas pretas deve se estender à luta pelo fim das prisões, centros de violência sistematizada e dispositivo de controle social, já que mais de 60% das pessoas presas no Brasil e 40% nos EUA são pretas, onde apenas 13% da população é preta. O fim das prisões, das penas de encarceramento e internação, assim como a lógica do punitivismo não é algo que acontece de um dia para outro e sabemos que isso exige um gigantesco esforço coletivo; é preciso começar a imaginar que isso é possível.

**Primeiramente: pela legalização de todas as substâncias.**

Nenhuma substância é ilegal, plantas e seu cultivo, assim como seus princípios, sintetizados ou não, seu uso ritual e/ou dito recreativo, foram historicamente criminalizados por motivos morais e/ou econômicos, sobretudo a partir do século XIX. A guerra às drogas mata e justifica execuções diariamente, mas nunca chega ao topo do sistema produtivo-econômico da produção e distribuição de drogas que historicamente inclui bancos, fabricantes de armas, políticos, policiais, proprietários de helicópteros etc.

**Primeiramente: pelo fim do etnocídio.**

Segundo o antropólogo francês Pierre Clastres, toda sociedade é etnocêntrica, no entanto, apenas o mundo ocidental e ocidentalizado é etnocida, i. e., age para erradicar outros povos. Os sistemas coloniais de extermínio e subjugação estão plenamente operantes há mais de 500 anos, o que é inaceitável. Entre 1995 e 2014, o número oficial de assassinatos de indígenas foi superior a 900, e entre 2000 e 2014 os números oficiais para suicídios em comunidades indígenas foi superior a 700. Esses dados não dão conta de outras graves violências cometidas contra os ameríndios em território brasileiro, tentativas de assassinato, violência sexual, espancamento e tortura, expulsão de seus territórios etc. O etnocídio não se restringe ao assassinato de indivíduos e grupos, busca a absoluta eliminação de modos de vida, línguas e ontologias, assim como das condições específicas para sua existência, resistência e continuidade.

**Primeiramente: pela demarcação de todas as terras indígenas e sua progressiva ampliação até a (re-) tomada do continente.**

A Colonização é um projeto de conquista realizado pela espada e pela cruz, pela bala e pela bíblia, pelo *agrobusiness* e pela produção de commodities, pela política e pela cultura. É urgente garantir a liberdade total para a autonomia dos “involuntários da pátria”.

**Primeiramente: liberdade para Rafael Braga.**

Único condenado por participar das manifestações de junho de 2013, foi preso e, após julgamento, “progrediu” para regime semiaberto. Sua detenção teve como amparo o “porte de explosivos”, descrição da polícia para um frasco de água sanitária e um de desinfetante. Em janeiro de 2016, uma montagem policial efetuou nova prisão de Braga, que dessa vez se viu condenado por tráfico de drogas e associação ao tráfico. Hoje, com 27 anos, permanece em regime fechado.

**Primeiramente: pelo fim da perseguição aos 23 da Copa.**

Os protestos contra a Copa do Mundo FIFA no Brasil teve dura repressão. Uma operação que envolveu espionagem da Força de Segurança Nacional e do Exército, combinada com ostensiva contenção de rua. O resultado foi a prisão de 23 ativistas que seguem respondendo processo em liberdade, após encarceramento na penitenciária de Bangu I. Em paralelo à ação de repressão do Estado, o sensacionalismo midiático teve papel decisivo na criminalização dos protestos.

**Primeiramente: parar os que usam o poder público para roubar merenda de escola.**

Em todo o país, prefeituras e governos estaduais usam esses serviços para desviar dinheiro, e em troca servem comida de péssima qualidade nas escolas públicas. No Estado de São Paulo, um ex-promotor público, e notório perseguidor das torcidas organizadas de futebol, é figura chave no esquema de desvio de dinheiro da merenda das escolas.

Que os estudantes possam fazer sua própria comida e expulsem os burocratas sanguessugas da cozinha.

**Primeiramente: pela reforma agrária, fim dos latifúndios e fim da violência no campo.**

Autoexplicativa é essa dívida histórica com os trabalhadores da terra, que vivem do que plantam e não das negociatas da bolsa e envenenamento da comida. Somente nos últimos 30 anos, o número oficial de homicídios relativos a conflitos agrários ultrapassa 1.700.

**Primeiramente: pela democratização dos meios de comunicação.**

Em 2016, o Brasil foi classificado pela organização Repórteres Sem Fronteira na posição de número 104, em um total de 180 países no seu índice mundial de liberdade de imprensa. As razões para a péssima qualificação estão relacionadas nas palavras da organização: “A paisagem midiática continua muito concentrada nas mãos de grandes famílias de industriais, próximas à classe política.”

**Primeiramente: pela erradicação absoluta do trabalho escravo.**

Não existem escravos, ninguém nasce escravo. Pessoas foram e ainda são escravizadas ou submetidas violentamente a trabalho escravo ou a condições análogas à escravidão. Não se sabe ao certo o número de pessoas submetidas a trabalho escravo no mundo e nem no Brasil, já que a prática é condenada – somente há dados de pessoas libertas de tal condição. No Brasil, segundo o Repórter Brasil, de 1995 a 2015, 49.816 pessoas foram libertadas da escravidão.

**Primeiramente: fora OSs!!!**

As OSs, Organizações Sociais, são parcerias público-privadas que facilitam o repasse de dinheiro público para ONGs e empresas privadas. É a ponta de lança dos que querem privatizar serviços de saúde e educação.

**Primeiramente: pelo direito de não precisar trabalhar para existir em dignidade.**

**Primeiramente: ninguém é ilegal.**

**Primeiramente: pela desnaturalização da pobreza.**

Pobreza não é ontologia. Ninguém é ou nasce pobre. A pobreza é uma relação determinada pela cultura, pelos sistemas produtivos econômicos e, nos últimos séculos, por uma imposição capitalista.

**Primeiramente: pela revolta incondicional e pelo que é inegociável.**

A revolução chega a um termo, a revolta não; é a condição própria da busca pela vida livre.

§ Polícia, um golpe de estado permanente.

## MICROPOLÍTICAS

État d'urgence, état policier  
On nous empêchera pas,  
de manifester

Estado de urgência,  
estado policial  
Não nos impedirão  
de manifestar

État d'urgence, état policier  
On nous empêchera pas,  
de manifester

Estado de urgência,  
estado policial  
Não nos impedirão  
de manifestar

État d'urgence, état policier  
On nous empêchera pas,  
de manifester

Estado de urgência,  
estado policial  
Não nos impedirão  
de manifestar

MANIFESTANTES EM PARIS,  
28 DE JUNHO DE 2016

É golpe!!!

**02 de junho 2016**  
Ítalo F. de Jesus Siqueira, 10 anos,  
executado pela PMSP - **golpe**.

**14 de junho de 2016**  
Clodio de Aquileu Rodrigues de  
Souza, Guarani Kaiowá, agente de  
saúde de 26 anos, executado por  
fazendeiros e jagunços em ataque  
à Terra Indígena Dourados,  
Amambaípeguá I, MS - **golpe**.

**25 de junho de 2016**  
Waldik Gabriel S. Chagas, 11 anos,  
executado pela GCMSP - **golpe**.

**25 de junho de 2016**  
Wallace Araújo Souza, 18 anos,  
espancado por policial da PMSP,  
levado em viatura por outros  
policiais, desaparece; reaparece 2  
dias depois com machucados por  
todo corpo na Praça da Sé - **golpe**.

**28 de junho de 2016**  
Julio Cesar Alvez Espinoza,  
24 anos, executado pela PMSP  
- **golpe**.

**30 de junho de 2016**  
Jhonata Dalber Matos Alves, 16  
anos, executado por policial da  
UPP do Morro do Borel - **golpe**.

**02 de julho de 2016**  
Diego Vieira Machado, 29 anos,  
executado no campus da UFRJ -  
**golpe**

**11 de julho de 2016**  
Leonardo Moura, 30 anos,  
espancado na noite anterior,  
morre devido a complicações  
relacionadas à agressão ocorrida,  
após sair de uma boate, no Rio  
Vermelho, Rio de Janeiro - **golpe**.

A ordem  
nos discursos

A polícia:  
com seus autos de resistência...  
confunde...  
entra em confronto com...  
reage a tiroteio...  
faz ações...  
flagra...  
busca e apreende...  
remove...  
pacifica...

Alerta, alerta,  
alerta antifascista

Alerta, alerta,  
alerta antifascista

Alerta, alerta,  
alerta antifascista

MANIFESTANTES  
EM REPÚDIO A MANIFESTAÇÃO  
PRÓ JAIR BOLSONARO  
E BRILHANTE USTRA,  
AV. PAULISTA, 03 DE JULHO  
DE 2016

Pacificação:  
Um projeto colonial, político e cultural,  
militar e religioso, racista e machista

Leviatã: monstro mítico usado  
por Hobbes como imagem da  
força do Estado que impõe a  
paz sobre os súditos. Uma ficção  
jurídica, que teve seu efeito real  
sobre as disputas populares  
entre cavadores e niveladores na  
Inglaterra. Desde então, Estado  
é pacificação, isto é, estado de  
guerra permanente contra os  
súditos, com aqueles que devem  
ser pacificados em nome da ordem.

Quem é o alvo da pacificação: o  
monstro moral (a mulher, dita  
histérica; a criança onanista,  
o louco); o monstro político  
(o anarquista); o selvagem e o  
bárbaro (aquele que de longe não  
conhece o progresso e aquele  
que chega nas bordas para  
destruir e ameaçar, também  
conhecido como vândalo).

§ Cuidar do  
outro é também  
governar,  
recusar o  
governo é  
cuidar de si.

*“O Brasil quer mudar. Mudar para  
crescer, incluir, **pacificar**. Mudar  
para conquistar o desenvolvimento  
econômico que hoje não temos e a  
justiça social que tanto almejamos”.*

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA,  
“CARTA AO POVO BRASILEIRO”, 2002

As UPPs, Unidades de Polícia  
Pacificadora, surgiram  
como o maior símbolo do  
desenvolvimento pacificador  
dentro do projeto de um Brasil  
grande. Um programa político-  
militar que remete ao projeto  
de pacificação de Medellín, na  
Colômbia, financiado pelo Plano  
Colômbia, dos EUA, em plena  
“guerra às drogas”. Os militares  
brasileiros que invadiram o  
Morro da Providência e o Morro  
do Alemão já haviam acumulado  
tecnologia de intervenção urbana  
quando assumiram a liderança  
da MINUSTAH, intervenção  
humanitária do Conselho de  
Segurança da ONU no Haiti. Lá  
e cá os alvos da pacificação são  
quase todos pretos e certamente  
todos pobres. Militares e policiais  
retomam o projeto, sempre  
inacabado, de pacificação das  
Américas contra índios – negros  
da terra – pretos, mulheres,  
crianças, jovens, delinquentes e  
subversivos. Crescer, desenvolver,  
pacificar seguem como palavras  
de ordem dos que comandam o  
plano civilizatório, com espada,  
cruz, compêndios de Direito e  
programas sociais de inclusão nas  
malhas do poder.

§ “Não fale em crise, trabalhe.” deve  
ser lido como um “não falhe, trabalhe”.  
Não pense, não destoe, não desvie,  
não se destaque, não pergunte, não se  
levante, não recuse, não se revolte; seja  
uma perfeita engrenagem lubrificada  
da máquina Brasil e contribua para seu  
perfeito funcionamento produtivo e  
reprodutivo. “Não fale” é uma ordem!  
Trabalhe, isso é o progresso! “Não fale”,  
fique calado; “não fale”, onde falar é  
falhar, é sair do programa; “não fale”,  
não cometa a falha moral de buscar a  
liberdade. “Não fale”, pois a fala é uma  
conversa e a conversa é uma reunião,  
e reunir-se é sempre visto como ato  
subversivo por regimes totalitários. “Não  
fale”, imperativo de regra, de comando  
e obediência, subserviência, onde a fala  
é a anormalidade, a doença, a falha, o  
indivíduo defeituoso, que a rigor deve ser  
consertado ou descartado e substituído  
ou simplesmente eliminado.

§ Administração  
geral do golpe.

*“Ninguém tem o direito de dizer:  
‘Revolte-se; a libertação final de  
todos os homens depende disso.’  
Não estou de acordo, contudo,  
com quem diz: ‘É inútil para você  
revoltar-se; sempre vai dar no  
mesmo.’ Não se deve dar ordens  
àqueles que arriscam suas vidas  
diante de um poder. Revoltar-se  
é ou não um direito? Deixemos  
a questão em aberto. As pessoas  
se revoltam; isso é um fato. E é  
assim que a subjetividade (não  
a dos grandes homens, mas a de  
qualquer um) é trazida para dentro  
da história, conferindo-lhe vida.  
Um condenado põe em perigo  
sua vida para protestar contra  
punições injustas; um louco não  
pode mais suportar ser confinado  
e humilhado; uma pessoa recusa  
o regime que a oprime. Isso não  
faz do primeiro inocente, não  
cura o segundo e não assegura  
à terceira o amanhã prometido.  
Ademais, ninguém é obrigado a  
ajudá-los. Ninguém é obrigado a  
declarar que essas vozes confusas  
cantam melhor do que as outras e  
falam a verdade. É suficiente que  
elas existam e que tenham contra  
si tudo que está determinado a  
silenciá-las até que haja um sentido  
em ouvi-las e em prestar atenção  
ao que querem dizer. Uma questão  
de ética? Talvez. Uma questão  
de realidade, sem dúvida. Todos  
os desencantos da história não  
alterarão a verdade: é por causa  
de tais vozes que o tempo dos seres  
humanos não tem a forma de uma  
evolução, mas sim, precisamente,  
de uma ‘história’.*

§ Implicar-se é  
correr riscos, é  
lançar corpos  
e aliar-se à  
potência do  
incerto, do que  
não está traçado,  
do que não tem  
destino, nem  
sentido, como no  
amor. Perder-se  
e achar-se como  
nas paixões  
arrebatadoras  
que se guiam  
pelos prazeres  
dos corpos, não  
pelo desejo de  
transcendência e  
muito menos pelo  
interesse e lógica  
do investimento  
e resultado, isto  
é, do lucro.

MICHEL FOUCAULT - “É INÚTIL  
REVOLTAR-SE?”, 1979

## MICROPOLÍTICAS

**“Sou pagador de imposto  
Não vou aceitar  
Essa cambada suja  
De meia dúzia de safados  
Que quer tomar conta do que é meu  
A Fábrica é minha  
Você não vai tirar  
A Brasilândia precisa da Fábrica  
Essa mulher aí que diz que é da educação  
Opinião que não é nossa  
A gente é quem decide  
O dinheiro é nosso  
Tira a mão do meu dinheiro  
Me dá minha cultura  
Fora com esse massacre  
Educador não é terrorista  
E a última coisa que eu quero falar  
Poiesis, você vai cair, custe o que custar”**

APRENDIZES DA FÁBRICA DE CULTURA DA BRASILÂNDIA  
DETIDOS PELA PMSP, EM 02 DE JULHO DE 2016.

§ E, paradoxalmente, continuamos julgando as mobilizações sociais pela sua eficácia, pela sua longevidade, pelos acertos e vitórias, pelo que se conserva e perdura, ao invés de avaliarmos e nos movermos pelas experiências e vivências, pelas brechas que com elas se abrem, pelos afetos que infiltram as fraturas do sistema, pelo irreversível dos caminhos percorridos juntos, pelo que extrapola toda causalidade e que não caberá em quaisquer análises de conjuntura.

§ Mobilizações, paralisações, revoltas de rua são, antes de mais nada, encontros. Bons encontros pela vida e contra a servidão. A experiência de não mais servir, de não se submeter, de não estar subjugado, não se mede por objetivos alcançados, mas pela força de abrir brechas e produzir revoltas. Assim, as subjetividades se inscrevem na história. Assim, se fazem como vidas em luta contra as pacificações, o desenvolvimentismo e a permanência, as linhas do progresso e as infinitas mutações e reacomodações das tecnologias de governo.

**Anti, anti, anticapitaliste,  
Anti, anti, anticapitaliste,  
Anti, anti, anticapitaliste,**

MANIFESTANTES EM PARIS,  
28 DE JUNHO DE 2016

§ Se a Revolução Francesa pôde se impor em lógica imperialista como modelo universal de todas as revoluções que lhe foram subsequentes é porque a ideia de revolução como projeto tem implícita uma tomada do poder, uma substituição polar, a manutenção do tabuleiro, das peças e das regras. A revolução de 1789 é a revolução que deu certo, ou pelo menos que construiu sua narrativa como tal. É preciso se livrar dos imperialismos do Universal, seja a revolução reidentora de matriz francesa, seja a aperfeiçoável democracia, de matriz estadunidense, que nos diz sempre para seguir apostando nas forças de governo pela lei e pelo princípio de maioria e pelo caminho reformista.

§ Sempre haverá a possibilidade de recusar a ser governado.

§ Nenhuma revolução social caberá em uma revolução política.

*“Diz-se que as revoluções têm um mau futuro. Mas não param de misturar duas coisas, o futuro das revoluções na história e o devir revolucionário das pessoas. Nem sequer são as mesmas pessoas nos dois casos. A única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável.”*

“CONTROLE E DEVIR”,  
FUTUR ANTÉRIEUR, Nº1, 1990,  
ENTREVISTA DE GILLES DELEUZE  
A ANTONIO NEGRI.

*“A consistência é talvez o que desfaz a beleza da dialética marxista.”*

YANIS VAROUFAKIS, ECONOMISTA  
GREGO, EM ENTREVISTA A  
OWEN JONES DO JORNAL  
INGLÊS THE GUARDIAN, 15 DE  
ABRIL DE 2016, EXPLICANDO  
POR QUE SE CONSIDERA UM  
MARXISTA ERRÁTICO.

### **Onde está a revolta?**

- A crise não é mais possibilidade de ruptura, mas administração geral do gol(pe).  
- Assumir o risco daquilo que não é governável?  
- Como manter-se disponível à produção do ingovernável?  
- Como responder ao intolerável?  
- Como conjurar a vergonha de ser um homem?

A greve geral de 1917, primeira grande greve geral do Brasil, foi movida pelos anarquistas, tendo em vista o aumento do preço do trigo e, por conseguinte, o aumento do preço do pão. Os trabalhadores, funcionários da primeira geração da oligarquia industrial paulistana, esta que permanece no comando via FIESP, tomaram de assalto o Moinho Santista. O jornalista anarquista, Edgar Leuenroth, foi preso como mentor intelectual do assalto. Os trabalhadores chegaram a sugerir que ele se candidatasse para ser libertado da prisão. Este, como “bom” anarquista, se recusou a sair como representante dos trabalhadores. Aproveitou o momento para escrever sobre por que os anarquistas não votam. E suportou estoicamente a prisão. Resistir é questão tão ética quanto estética.

Em junho de 2013 teve quem dissesse que a revolta do vinagre era movida pelo preço do tomate. Hoje, na mesa, está o preço do feijão, da cebola e do alho.

§ Querem nos fazer acreditar que o melhor da política é a democracia e que na democracia o exercício político se resume a sazonalmente votar. A representatividade está no extremo oposto de toda a possibilidade de exercício libertário da vida. A vida não pode ser representada.

*“A crítica nos permite saber que a política é radioativa, mas a política é a radiação da crítica. Por isso, importa quanto tempo temos que fazê-la, quanto tempo temos de ser expost... aos efeitos letais de sua energia antissocial. A crítica põe em perigo a sociabilidade que deveria supostamente defender, não porque ela pode voltar para dentro e danificar a política, mas porque ela se voltaria para a política e, em seguida, para fora dela – da fortaleza para o ambiente –, se não para a preservação, que é dado em celebração do que defendemos, a força sociopoética que embrulhamos em nossa volta, uma vez que somos pobres. Baixar a nossa crítica, nossas próprias posições, nossas fortificações, é autodefesa ligada com autopreservação. Essa descida vem em movimento, como um xale, a armadura de voo. Corremos procurando uma arma e seguimos correndo para soltá-la. E podemos soltá-la, porque não importa o quão armado, o quão duro, o inimigo que enfrentamos também é ilusório.”*

FRED MOTEN E STEFANO HARNEY,  
THE UNDERCOMMONS: FUGITIVE  
PLANNING AND BLACK STUDY, 2013

§ A força radioativa da política atrofia nossa capacidade de revolta.

Matriz energética fóssil: a crise do petróleo nos 1970 abriu o caminho para as políticas autoritárias do flexível neoliberalismo. A violência contra os trabalhadores na Inglaterra, a política de um astro cowboy de Hollywood tornado presidente dos EUA, o golpe de um general no Chile. Vieram os programas de combate às pequenas incivilidades como política de segurança urbana; depois as de Tolerância Zero; as leis antiterroristas. Criado por um prefeito de Nova Iorque do Partido Republicano e exportado para Europa pela esquerda “terceira via” (Giddens) na França e na Inglaterra. Nas Américas, reabre planos de pacificação que o sociólogo francês Loic Wacquant, chamou de “nova ditadura sobre os pobres”.

§ A Comissão da verdade foi uma comissão de mentira. Não houve sequer um militar exonerado. Não houve um financiador da tortura expropriado. Não se reviu as concessões de telecomunicação de organizações que promoveram e apoiaram ativamente o regime militar e suas violências. Ruas, estradas, edifícios, pontes e viadutos seguem com os nomes de torturadores e seus mandantes. Governos estrangeiros envolvidos com o financiamento da repressão e com a infraestrutura e tecnologia da tortura, como EUA e França, nunca assumiram responsabilidades, nunca se desculparam publicamente. No Brasil, estima-se ainda mais de 3.000 desaparecidos no período militar (1964 / 1985). No que toca às violências cometidas contra os indígenas, apenas 10 etnias de um total de 434 foram incluídas, somando um total de mais de 8300 assassinatos, sendo 2.650 vítimas somente dos Waimiri-Atroari.

§ Da revolta como o ingovernável, como o não pacificável.

§ Diante do desgoverno da crise, da crise como administração geral neoliberal da vida. Não trabalhe, (des) governe a si mesmo!

§ Destituir o poder exclusivo da política para inscrever o sujeito como indivíduo agente de si e destituir do Direito o poder de estabelecer a vida e demarcar a liberdade.

*“\* Não imaginem que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo se o que se combate é abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.*

• Não utilizem o pensamento para dar a uma prática política um valor de Verdade; nem a ação política para desacreditar um pensamento, como se ele não passasse de pura especulação. Utilizem a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política.

• Não exijam da política que ela restabeleça os ‘direitos’ do indivíduo tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é produto do poder. O que é preciso é ‘desindividualizar’ pela multiplicação e o deslocamento, o agenciamento de combinações diferentes. O grupo não deve ser o liame orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de ‘desindividualização’.

• Não se apaixonem pelo poder.”

MICHEL FOUCAULT, “INTRODUÇÃO À VIDA NÃO FASCISTA” PREFÁCIO EM O ANTI-ÉDIPLO, DELEUZE & GUATARRI, 1972

Primeiramente, fora Michel Temer, fora José Serra, fora Geraldo Alckmin, fora Alexandre de Moraes, fora Renan Calheiros, fora Carlos Carvalho, fora Jair Bolsonaro, fora Eduardo Cunha, fora Paulo Skaf, fora Kátia Abreu, fora Globo, fora O Estado de São Paulo, fora Folha de São Paulo, fora Veja e Editora Abril, fora Isto é! E junto com eles e esses, junto com tudo isso, fora tantos outros, fora tantas outras, as oligarquias, os oligarcas e seus aliados: militares, coronéis e latifundiários, empresários, jornalistas e advogados que sustentam a exploração, velhos e novos gestores da miséria, do racismo, do machismo, da homofobia, da transfobia, dos fascismos e totalitarismos, do entreguismo e de todo conservadorismo.

■  
\*O Seminário Público: Micropolíticas se manifesta como um grupo de leitura e debate gratuito e aberto ao público. Iniciado em agosto de 2014 juntos as atividades do Programa de Ações Culturais Autônomas (P.A.C.A.) em parceria com a Casa do Povo e o Goethe-Institut São Paulo. Essa entrevista será publicada na íntegra em janeiro no blog do SPMP em seminariomicropolíticas.wordpress.com

Acácio Augusto é pesquisador no Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). Atualmente desenvolve a pesquisa de Pós-Doutorado “Política e ecologia: lutas ecológicas e política radical no século XXI”, de estágio doutoral na UVV (Universidade de Vila Velha). Doutor em Ciências Sociais pela PUC

Amílcar Packer é formado em filosofia pela USP e possui mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Como artista desenvolve e organiza apresentações e encontros em formatos de leituras, apresentações, ações coletivas, conversas e workshops, caminhadas, almoços e jantares.

## DOS CORPOS ÀS CIDADES

Paço

# Política do Judiciário: por que prendemos tanta gente?

Relação de desenhos e/ou escritos proibidos dentro da Fundação CASA (antiga FEBEM), pois, segundo a instituição, aludem a relações com o crime.

por Lucas  
Maurício Silva

intervenção  
artística por  
Raphael Escobar

WILKINSON

### Judiciário e a criminalização da política institucional

Durante o segundo semestre de 2012 o foco dos brasileiros não estava nas eleições municipais, pois as lentes da mídia e os olhos da população voltavam-se para a ação penal 470 (“Mensalão”), que julgou José Dirceu, o maior dos articuladores do PT.

Na época assistíamos cotidianamente aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Relator Joaquim Barbosa foi enaltecido pela mídia como um verdadeiro “Justiciero do Povo”, carrasco dos corruptos. O processo encerrou-se em dezembro com a condenação dos réus.

Em 2016, não debatemos o início das Olimpíadas no Brasil, mas, novamente, nossos olhares se voltaram para uma ação penal: a maior investigação de corrupção tramitada no país, tendo a sua frente outro “Justiciero do Povo”, implacável em sua vontade de punir: o juiz Sérgio Moro.

Neste processo de “combate” à corrupção, tornaram-se usuais as colaborações premiadas – a famosa “caguetagem” – que permitiram a expansão do rol de investigados, atingindo seu ápice na investigação do ex-presidente Lula. Ainda, o judiciário de Curitiba usou e abusou da ilegal condução coercitiva dos réus como um espetáculo realizado pela Polícia Federal para obrigar desnecessariamente investigados ou testemunhas que sequer tinham se recusado a comparecer a depor.

As ações criminais citadas acima geraram revolta em parte da esquerda, que se proclama defensora da democracia. A diretoria nacional do PT, por exemplo, considerou os julgamentos e investigações como perseguições políticas, marcadas pelo subjetivismo, pois a prisão processual foi banalizada, não se respeitou o devido processo legal e, principalmente, a criminalização foi seletiva, pois focava nos quadros do partido.

Argumenta-se que Moro e Barbosa são juízes que decidem de maneira política não levando em conta as normas do direito processual e da Constituição Federal. Com essas atitudes, esses maus juízes provocariam uma insegurança jurídica, prejudicando o Estado Democrático de Direito.

### Judiciário e a criminalização das lutas

Durante (e após) as manifestações de 2013 houve, como prevê Antonio Gramsci (1891-1937) ao conformar o Estado como hegemonia e coerção, uma ameaça da hegemonia burguesa pela esquerda (avanço), pela qual se demandou uma coerção por parte das forças dominantes, que hoje é realizada, principalmente, pela criminalização jurídico-penal (retrocesso).

Além de uma intensificação e especialização da polícia, diversos processos criminais ganharam ampla repercussão na mídia: a prisão de Fábio Hideki em São Paulo, de Rafael Braga no Rio de Janeiro, de um casal indiciado na lei de segurança nacional, entre tantas outras pessoas presas em contextos de manifestações. Por serem selecionados pela rede de repressão ao lutar contra a hegemonia são denominados por grande parte da esquerda como “presos políticos”. Ainda alegava que vivíamos em um estado de exceção e que voltávamos aos idos da ditadura civil-militar.

### Direito, direito penal e o capitalismo

O direito é um instrumento do capitalismo, apenas existiu enquanto forma jurídica com o advento do Estado Nação e do modo de produção capitalista. O sistema jurídico, e toda ideia que o direito cria, é o que propicia a circulação de mercadorias: as pessoas devem enxergar-se como iguais e livres para aceitar a troca desigual, acreditando ser justo, por exemplo, vender sua força de trabalho.

A mesma relação é construída para a punição: acredita-se que todas as pessoas estão expostas a serem atingidas pela máquina penal em iguais condições. Essa ideia é uma falsa percepção da realidade.

Aparentemente, a punição estatal seria destinada a todas as pessoas de maneira igual, porém, na realidade, a teoria é outra: o *modus operandi* do Poder Judiciário é necessariamente seletivo.

Essa reflexão exposta de maneira simples foi desenvolvida pelo jurista soviético Evgeny Pashukanis (1891-1937), que produziu a melhor teoria da relação direito e capital: “*a justiça criminal do Estado burguês é o terror de classe organizado.*”

### Prisão no Brasil

O Brasil sofre um processo de encarceramento em massa: a população prisional saltou de 148,8 mil pessoas em 1995 para 607,7 mil presos e presas ao final de 2014, sendo o 3º país que mais encarcera no mundo. Portanto, o slogan “Brasil: país da impunidade” pode ser considerado uma farsa, pois punimos e punimos muito. A população absoluta do país aumentou 36%, a prisional 408%. Apenas em São Paulo há uma média de 9.373 novos encarcerados e encarceradas. Os números espantam, por isso questionamos: por que prendemos tanta gente?

A lei diz que o Sistema Prisional foi criado com a finalidade de “ressocialização, recuperação, tratamento penitenciário, reeducação social, reinserção social ou integração social”. A Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) em seu artigo 41, buscando um ideal de ressocialização do preso e da presa prevê como obrigações do Estado: “I alimentação suficiente; II atribuição de trabalho; (...) VI exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e esportivas; VII assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.”

A lei diz uma coisa, mas o Estado desobedece: a alimentação dos detentos e das detentas é precária: no café da manhã apenas pão, no almoço e no jantar uma quentinha com arroz, um pouco de feijão e uma mistura. Às vezes, repete-se salsicha por semanas. Apenas 8% dos presos e presas trabalham. Quanto à saúde, há inúmeros casos de morte de presos e presas, raramente são contratados médicos e médicas ou fornecidos remédios nas unidades. A atividade recreativa limita-se a jogar bola nas horas do banho de sol, quando há quadra na unidade, caso contrário não há atividade de lazer. Apesar de 66% da população prisional, majoritariamente formada por jovens de 18 a 30 anos, sequer possuir o ensino médio completo, apenas 9% estuda em ensino formal. As celas dos presídios encontram-se superlotadas no Estado de São Paulo, mais de 80% das unidades prisionais contam com o dobro da sua capacidade. Além disso, a média do gasto com roupas, materiais de higiene pessoal e coletiva é de R\$45,00 por preso, por ano.

Será que é possível ressocializar, recuperar ou mudar alguém sem estudo, sem trabalho, sem o mínimo de condição de vida? Será que esse processo só não cria mais ódio? Essas perguntas nos levam à (re)indagação: por que prendemos tanta gente?

Apesar de cultural e economicamente semelhantes, como aponta o criminólogo Salo de Carvalho, Brasil e Argentina possuem uma disparidade quanto ao número relativo de encarcerados: o Brasil conta com 269 presos para cada 100 mil habitantes e a Argentina 151. Entre os BRIC’s também há uma grande diferença: Brasil (269); Rússia (609); Índia (31) e China (123). Assim, percebe-se que o hiper-encarceramento é uma escolha política.

Já o sociólogo Loic Wacquant, em análise feita aos EUA, mas que pode ser transposta ao Brasil, afirma que o modelo de encarceramento está dentro de um processo de aprofundamento das desigualdades (cortes de direitos sociais e aumento do Estado policial) geradas pelo sistema capitalista neoliberal. Não é mera coincidência que o período da adoção do modelo econômico neoliberal é o mesmo do encarceramento massivo. Quando identificamos quem são os criminosos e criminosas presos, e a seletividade de nosso sistema, percebe-se que a prisão funciona como ferramenta de neutralização dos considerados “indesejáveis” para viverem nesta sociedade.

Afinal, o que é um crime? Segundo o princípio da legalidade, crime é a ação, cujo resultado é contrário à lei penal. Nas leis brasileiras há mais de 1.600 tipos de crimes. Impressionante, não? Baixar música da internet pode ser considerado um crime. Ofender verbalmente uma pessoa ou dizer que ela é o que não é, também. Se criminoso é aquele que comete crimes, então: “somos todos criminosos!”, ja que pode-se dizer que cometemos crimes frequentemente. Mas por que não estamos todos presos?

Curioso notar que apesar do nosso imenso catálogo de crimes, 75% da população carcerária está presa por apenas três tipos: roubo, furto e tráfico de drogas.

Quem são as pessoas pegadas ao furtarem e roubarem? As que realmente precisam, ou as que podem fazê-lo tranquilamente e continuarem insuspeitas? Quantas pessoas das classes média e alta não consomem e comercializam drogas cotidianamente? Mas quem são as pessoas que precisam entrar no tráfico para se sustentarem, sustentarem sua família ou terem uma melhor condição de vida e são selecionadas pelo sistema penal? Que cor de pele elas têm? Pertencem a que classe?

Dados oficiais apontam que cerca de 67% da população prisional brasileira é composta por pessoas negras e esse índice tende a crescer. Setenta e sete por cento dos presos não completaram o ensino fundamental e apenas 1% dessa população possui ensino superior, assim, por óbvio, quem está atrás das grades não nasceu em berço de ouro.

Ainda, devido às péssimas condições carcerárias e às recorrentes torturas realizadas pela polícia na abordagem ou dentro da prisão, somente no Estado de São Paulo, mais de 720 presos e presas morreram entre janeiro de 2014 e junho de 2015, uma média de 40 mortes por mês: um massacre do Carandiru a cada três meses.

Essa ferramenta de moer carne humana negra e isolar os indesejáveis, punindo também suas famílias, é posta em prática pelo Estado e protagonizada pelo Poder Judiciário, pois é esse que decide quem vai preso.

Justiça

## DOS CORPOS ÀS CIDADES



Relação de desenhos e/ou escritos proibidos dentro da Fundação CASA (antiga FEBEM), pois, segundo a instituição, aludem a relações com o crime.

### O Poder Judiciário instrumentaliza ferramentas jurídicas para realizar a política do grande encarceramento

A primeira e mais importante ferramenta é a prisão provisória. Dos presos e presas, 42% cumprem prisão processual, isto é, estão encarcerados sem condenação. A lei n.º 12.403/11 (Lei das Cautelares) determina que o juiz deve priorizar os 10 tipos previstos de medidas cautelares alternativas à prisão, sendo esta a última alternativa, e devidamente justificada. Porém, na maioria das vezes os magistrados decidem pela prisão preventiva como primeira opção, sem qualquer justificativa concreta.

Muitas vezes, quando o juiz decide por alguma medida cautelar alternativa à prisão, escolhe a fiança. Como os presos não têm dinheiro para pagá-la, continuam detidos mesmo com uma ordem de liberdade (condicionada a um pagamento), e a prisão se torna explicitamente uma questão de classe.

Outra ferramenta é a nova lei de drogas. Em 2007, o tráfico de drogas representava 15% dos crimes condenados no Brasil; em 2011, apenas quatro anos depois, já salta para 24,5%.

O crime de tráfico possui pena mínima de 5 anos, enquanto o crime de uso de drogas não acarreta em prisão (mas penas alternativas). Essa lei não estabeleceu nenhum critério objetivo de diferenciação entre o usuário e o traficante, como quantidade, ou gênero da droga. Isto significa que quem decide quem é traficante ou usuário é o juiz.

# ENQUANTO NÃO HOUVER JUSTIÇA PARA OS POBRES NÃO HAVERÁ PAZ PARA OS RICOS

### Democracia e judiciário

Como já vimos, o direito, enquanto ferramenta, e o judiciário, enquanto instituição, são reprodutores da desigualdade. No entanto, mesmo diante dos princípios da “democracia” presentes na Constituição, o Poder Judiciário é o menos democrático do Brasil.

Vale lembrar que a passagem da ditadura civil-militar para a democracia teve uma marca conciliatória; não houve uma ruptura na transição, mas sim: *uma abertura lenta, segura e gradual* (Geisel). No Brasil, não efetivamos uma justiça de transição, como em outros países da América Latina.

Essa falta de transformação não é diferente no que diz respeito ao judiciário. Este foi o que menos sofreu reformas no período democrático, pois suas estruturas e seus quadros pessoais não mudaram desde a ditadura.

No período ditatorial, o judiciário contribuiu para a manutenção do regime militar. Muitos destes juristas continuam ocupando cargos como professores/as, juizes/as e promotores/as. Os “presos políticos” julgados pela lei de segurança nacional eram julgados pelas auditorias militares, compostas por quatro oficiais militares e um juiz civil. Os militares auditores ficavam no cargo por três meses, já os/as juizes/juizas civis, provenientes do Tribunal de Justiça de SP, se mantinham perenes no cargo.

Mesmo com o advento da democracia, esses/as juizes/as continuaram preenchendo os quadros do sistema judiciário carregando uma visão autoritária, antidemocrática e repressiva. Dois massacres demonstram a convivência do judiciário com o genocídio praticado pela polícia militar. Em 1992, após uma rebelião no pavilhão 9, essa polícia adentrou o Carandiru e executou ao menos 111 presos – ninguém foi punido. O Coronel Ubiratan foi condenado pelo juiz, mas absolvido pelos desembargadores (lembra daquele judiciário da ditadura? Ele ainda julga). Em 2006, ocorreram os crimes de maio, com 493 mortes por arma de fogo no Estado de São Paulo. Há denúncias de participação da polícia em pelo menos 388 desses casos. O relatório “Brasil sob Achaque” analisou que os 122 inquéritos que constatarem atividades de grupos de extermínio foram arquivados.



### Quem ocupa o judiciário?

Hoje para ocupar um cargo no judiciário não há um processo democrático e popular. Para ser juiz, presta-se um concurso público extremamente rigoroso e com forte recorte ideológico. Uma das fases da prova, a banca examinadora (composta apenas por desembargadores, isto é, o judiciário escolhe seus próprios membros!) entrevista o candidato em sala secreta – há relatos de questionamentos sobre orientação sexual, crença religiosa, e, às mulheres, se seus futuros filhos seriam um peso para o Estado.

Há requisitos objetivos, entre eles, o de exercer a prática jurídica por no mínimo três anos e não possuir antecedentes criminais. Na prática, as pessoas dedicam três anos ao estudo integral.

Vamos pensar juntos?

Quem são os privilegiados que podem graduar-se em direito e ainda estudarem por três anos para serem aprovados em uma prova da magistratura? A que classe essas pessoas pertencem? Será que é a mesma classe da clientela do judiciário? É óbvio que não.

Mesmo depois de aprovados os juizes sofrem um alto grau de controle ideológico durante a carreira. Há casos recentes que nos ajudam a entender melhor.

O primeiro é o da Desembargadora Kenarik Boujikian, ativista na defesa dos direitos humanos na Associação dos Juizes para a Democracia, que foi alvo de uma representação movida após expedir 10 alvarás de soltura de 10 presos que já tinham cumprido sua pena integralmente. Ela foi removida, pois, apesar de ter cumprido a lei, descumpriu uma regra formal, uma vez que apenas o desembargador relator poderia preferir decisões sobre esse tipo de prisão no âmbito penal. Esse fato gerou um processo administrativo disciplinar, que pode acarretar na aposentadoria compulsória da magistrada.

Outro foi Roberto Corcioli, juiz criminal afastado em 2013 por promotores que se manifestaram descontentes com os posicionamentos progressistas expressos em suas decisões. O juiz foi impedido de atuar na área criminal e na infância e juventude infracional, sendo designado para atuar em vara cível pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Portanto, notamos que o poder judiciário é assustadoramente politizado, atendendo a uma agenda conservadora que faz questão de manter o *status quo* da desigualdade, da exclusão e do genocídio do povo negro, tanto em suas prisões em massa quanto no ingresso e controle interno de seus juizes.

Como vimos, a banalização das prisões processuais é algo massivo, sem qualquer embasamento legal, apenas a arbitrariedade da Polícia Militar ao realizar os supostos flagrantes, o que nos faz crer que nossa “democracia” se revela um estado de exceção permanente.

Desta forma, faz-se necessário, urgente, e será um divisor de águas em nossas lutas, politizar toda sentença judicial, toda e qualquer prisão (todo preso é político), todo concurso público, em suma, todas as atitudes de nossos políticos togados.

Nossos idealismos aparentam estarem afogados nessas águas, mas para diminuir a marcha da destruição não podemos mais fomentar a legitimidade, imparcialidade e a suposta prática de justiça do poder judiciário; assim sendo, para acelerarmos o ritmo da transformação desta sociedade em outra mais solidária, mais justa e mais LIVRE, precisamos levar a sério o enfrentamento dessa “justiça” racista, desigual, elitista e politicamente reacionária.

Os dados deste texto foram retirados: InfoPen (Ministério da Justiça), CNJ e do Centre for Prisons Studies.



Lucas Maurício Silva é Bacharel em Direito, agente da Pastoral Carcerária desde 2013 e estagiário no núcleo de situação carcerária desde 2014.

Raphael Escobar é artista. Desde 2009 atua com educação não formal em contextos de vulnerabilidade social ou de disputas políticas, como a Fundação CASA, Cracolândia e Albergues. A atuação nesses contextos servem como pesquisa e muitas vezes ativação do trabalho que desenvolve.



## DOS CORPOS ÀS CIDADES

Obras na região portuária do Rio de Janeiro, que passou a se chamar Porto Maravilha após o início do processo de revitalização da região.

Foto: Grasiela Magri Grossi

por  
**Clarissa Moreira**

# Grandes metrópoles, movimentos e o futuro

Como já se previa para o momento pós Olimpíadas no Brasil, apesar dos parênteses festivos, o clima geral continua de franca degradação da situação política e socioeconômica. As previsões entre as mais pessimistas que se poderia ter feito ainda em 2009 dificilmente chegariam ao exagero do quadro quase bíblico do Brasil atual. A demolição da relativa estabilidade nacional tão dificilmente conquistada ao longo de décadas é sistêmica. Parte fundamental dos componentes desta crise está de algum modo ligada aos megaeventos, desde a epidemia do Zika vírus e os casos de microcefalia (de que já não se fala), ao aumento de assassinatos em áreas “pacíficas” em operações armadas pré-olímpicas ou dos verdadeiros desastres administrativos como o não pagamento aos funcionários estaduais aposentados no Rio de Janeiro, sem contar os imensos cortes de direitos e serviços que se anunciam. No setor privado ligado à construção civil, o número de demissões chegou a 90% em algumas empresas, além de cortes de salários em até 60%. Catastrofismos ou negativismos à parte, a crise que se previa para alguns meses depois das Olimpíadas já está deflagrada, e é claramente perceptível no setor imobiliário, um dos que mais lucrou nos últimos dez anos com aumentos de até 500% sobre o valor de transações, implicando hoje em baixas de aluguéis e refletindo em queda de preços no setor de serviços.

A complexa cadeia de causa e efeito que produziu o quadro atual não pode ser facilmente imputada a uma ou outra situação que a compõe. No entanto, a questão das Olimpíadas no Rio de Janeiro surge como um revelador da lógica perversa por trás do repetitivo modelo de desenvolvimento brasileiro, retomado sem remorsos ao surgirem novamente grandes oportunidades de negócio. De 2009 a 2015, segundo o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, cerca de 77 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas, recebendo indenizações ou ajudas de aluguel, em grande parte aquém dos valores praticados pelos mercados de moradia, mesmo populares. Soma-se a este quadro a indução à substituição de população, através da valorização imobiliária, refletido em valores de aluguéis, impostos e serviços locais – a chamada gentrificação – relatada na maior parte das favelas do Rio de Janeiro, mas sentida em toda a cidade, especialmente em partes que são objeto de intervenções urbanísticas ou que estão mais diretamente ligada ao turismo. O mecanismo é simples: para desenvolver atividades econômicas mais valorizadas financeiramente em determinados lugares, os gestores e investidores trabalham para torná-la mais atrativa através do marketing urbano e de intervenções urbanísticas de caráter paisagístico. As tornam atraente para que se deseje pagar mais para estar ali, seguindo a lógica fundamental do capitalismo global: criar nichos e elitizar para agregar valor e poder aumentar margens de lucro.

A imagem de uma cidade mais democrática, com intervenções que beneficiem ao grande número, e a viabilidade de um urbanismo mais solidário, são possibilidades reais e acessíveis que sequer chegaram a ser, em algum momento, aventadas. Pelo contrário, a ênfase foi sempre dada no sentido de continuar – como desde a transferência da Coroa Portuguesa –, a perseguir um sonho europeizante e elitista de cidade, no caso atual, o “modelo Barcelona”, onde a maior parte da população surge como aquilo que está sempre aquém, destoante ou em desacordo com a paisagem branca e luminosa dos folhetos de publicidade.

Certamente mais grave que a própria realização dos Jogos Olímpicos, reconhecidamente problemática e, por isso mesmo, recusada em democracias mais socialmente focadas, como o caso da Suécia, foi o modo autoritário e claramente sectário com que estes jogos se implementaram no Brasil, chocando a população, os movimentos sociais, os pesquisadores e as demais instituições cujo foco social é o principal. O conceito de legado, neste sentido, parece também uma estratégia de marketing na tentativa de suavizar a certeza dos impactos negativos e dos custos indiretos do megaevento.

**“De 2009 a 2015, 77 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas.”**

Sabe-se que, a princípio, os jogos se concentrariam totalmente na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. Sua dispersão pode ter resultado em possíveis ganhos para a cidade, que deverão ser avaliados com o tempo: como o Parque de Deodoro, por exemplo. No entanto, a continuidade da lógica da construção de uma cidade desigual persistiu na inegável concentração da maioria dos investimentos na Barra da Tijuca, afastados da maior parte da cidade. A má qualidade dos projetos e traçados urbanos, como no caso dos BRTs que já se iniciam subdimensionados, ou do VLT que não parece se adequar às práticas e à realidade da mobilidade carioca, são também exemplos nesse sentido.

Na realidade, há invasões e tomadas de territórios urbanos populares acontecendo em todo o processo aqui relatado. No contexto dos megaeventos cariocas, as políticas urbanas de renovação/expulsão largamente utilizadas nos anos 1970 “retornaram”, como se a lógica de guerra, segundo a qual alguns podem e devem sofrer ou perecer para o suposto benefício de certos grupos, e para a indiferença momentânea da maioria. Essa torna-se a lógica central do desenvolvimentismo monopolista reinante, como se estes sacrifícios fossem um dado aceitável nas grandes renovações da cidade. No entanto, mesmo de um ponto de vista não solidário, estas políticas urbanas causam inúmeros desequilíbrios a curto, médio e longo prazo. Não é à toa que a gota d’água de 2013 foi o aumento de tarifas do transporte público. Numa cidade como o Rio de Janeiro, altamente desigual e concentrada em termos de recursos socioeconômicos, a questão do transporte coletivo deveria ser considerada como uma das questões prioritárias no quesito violência urbana cotidiana: serviços péssimos, custosos e ineficientes. Transferir mais de 77 mil pessoas para longínquas periferias desligadas do sistema de transporte público, no contexto como o carioca, trata-se de uma verdadeira condenação.

Tudo isso poderia ter sido evitado sem inviabilizar os próprios jogos? Certamente. No entanto, seria necessário reviver uma memória urbana para além do campo técnico-profissional – ou restrita ao círculo dos que já haviam sido atingidos diretamente –, e ganhasse a sociedade, a fim de tensionar a aparente naturalidade pela qual estes modelos retrógrados de urbanismo são adotados e promovidos nas mídias, para que um outro projeto de cidade pudesse ter sido constituído. Importantes e incontáveis trabalhos que vão de pesquisas científicas cruciais como as do geógrafo Maurício de Abreu (2010), do arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, 1988), da arquiteta e urbanista Paola Berenstein-Jacques (2001), das sociólogas Maria Laís Pereira da Silva (2005), Lícia Valladares (1978, 2005), e Janice Pearlman (1977), para citar apenas alguns numa infinidade de produções importantes ao longo do tempo, a músicas populares como o famoso samba *Opinião* de Zé Ketí (1964),<sup>1</sup> mais do que demonstraram os enganos deste tipo de política elitista e exclusivista. Porém, os atuais gestores em todos os três níveis de governo optaram por ignorar esses saberes e memórias.

As grandes manifestações de 2013 envolvendo mais de um milhão de pessoas nas ruas da cidade e centenas de processos de auto-organização subsequentes, giraram exatamente em torno de questões ligadas à violação de direitos e à priorização dos megaeventos sobre as demais demandas urbanas, como a do transporte urbano. De fato, que as manifestações tenham eclodido sobre este tema específico nada mais é que um sinal da ruptura do modelo excludente da cidade rica e da periferia para os pobres, que se deseja manter até hoje no Rio de Janeiro. Estarrecedor foi o esforço de uma grande parte da classe intelectual brasileira no sentido de não compreender o que diziam as ruas de forma polifônica, quando estas diziam o que parece óbvio, que o modelo de desenvolvimento ainda vigente é inadequado e ineficiente. As manifestações de 2013 vieram colocar todo o modelo desenvolvimentista monopolista e autoritário em cheque e abriram uma fissura, que muito mal trabalhada e parece que, propositalmente, incompreendida nos círculos políticos brasileiros, foi se encadeando em uma série de oportunismos que hoje põem em risco os avanços sociais dificilmente conquistados na última década.

1 “Podem me prender / Podem me bater / Podem, até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião / Daqui do morro/ Eu não saio, não”.

## DOS CORPOS ÀS CIDADES

Teleférico no Complexo do Alemão inaugurado em 2011 sob o pretexto de melhorar o deslocamento dos moradores da comunidade. Hoje o teleférico é subutilizado, não resolvendo os problemas dos moradores e tampouco atraindo turistas.

Foto: Grasielle Magri Grossi



Há exemplos na própria história recente das políticas urbanas cariocas, de formas mais democráticas de construir a cidade, realmente dedicadas ao enfrentamento de séculos de desigualdade urbana e injustiça social, cujo preço todos os habitantes da cidade hoje pagam, de uma forma ou de outra, mesmo aqueles que dormem em fortalezas. Num contexto como o carioca, com as conhecidas tragédias de violência urbana, é assustador que ainda no século XXI conte-se apenas com o exército e a polícia para lidar com erros urbanos e tragédias sociais centenárias. É ainda bastante lamentável que uma oportunidade de investimentos que demorará muitas décadas para se reproduzir tenha sido totalmente capturada para responder ao interesse de poucos grupos. Um sequestro do futuro da cidade, que caberá a nós agora enfrentar e limitar, fazendo o melhor uso possível do pouco que será, de fato, legado ao Rio.

Parte deste legado, como afirmado diversas vezes pelo governo municipal, seria a nova fase do programa de reurbanização de favelas, Favela-Bairro, referência mundial deste tipo de intervenção nos anos 1990. Nessa nova fase, intitulada Morar Carioca, vários projetos chegaram a ser desenvolvidos. Alguns com um novo ideário que consistiria no “desadensamento” das comunidades, ampliando em muito o número de remoções que no Favela-Bairro nunca deveriam ultrapassar 5% com relocações nas proximidades. As qualidades das favelas como espaço de vida e memória já vêm há décadas sendo exploradas através de olhares capazes de enxergar a estrutura urbana e social que há ali disponível e não apenas a sua inadequação ao modo de vida ocidental dominante. Há muito que já se percebe uma estética própria e modos de vida ricos culturalmente, pelo menos desde a obra *Tropicália ou dos Parangolés* de Hélio Oiticica (Berenstein Jacques, 2001).

Narrativas de moradores, principalmente nos recentes processos de remoção parcial ou total de favelas no Rio, remetem-nos constantemente a uma dimensão extremamente familiar da pequena cidade que pode existir numa favela, em meio e apesar das tensões de disputas territoriais. Lugares onde o tecido social ainda tem alguma coesão, segurança relativa promovida pelos próprios laços sociais, lugares de memórias e de longas lutas.

No entanto, os grandes projetos de desenvolvimento urbano têm hoje estes espaços como virtualmente vagos ou “liberáveis” total ou parcialmente. São assim encarados como verdadeiras reservas de terra bem localizadas e privilegiadas para exploração imobiliária e as atenções para aí se voltam, seguidas de diferentes políticas de influência, gentrificação ou simples remoção. As favelas cariocas permanecem, assim, em pleno século XXI e na cidade olímpica, objeto de violentas políticas de tomada e controle espacial que constantemente violam direitos adquiridos, inclusive as próprias titulações que o governo emitiu, no caso de Vila Autódromo, por exemplo.

Esta luta pelo domínio de territórios e de modos de vida poderia também ser vista como uma tentativa de imposição dos valores da urbanidade contemporânea cada dia mais espetacular e financeirizada. Nas intervenções que vemos sobre as favelas no Rio de Janeiro, onde o caso do Morro da Providência se destaca, percebe-se que aquilo que se deseja pôr no lugar ou, pelo menos, sobre trechos destes lugares, são obras arquitetônicas espetaculares, como o teleférico de inspiração colombiana, de forte apelo turístico, inserindo-as assim na paisagem como arquitetura imponente e de gosto contemporâneo internacionalizante, cujo objetivo é claramente reinscrever esses lugares numa dinâmica mais facilmente legível como urbana ou metropolitana “globalizante”, ou seja, alinhada com uma imagem genérica do que deve ser uma cidade “dinâmica”, “eficiente”, “atual”. Pouco importa se o esgoto ainda corre a céu aberto nas vizinhanças, se a mortalidade infantil ainda é alta, se os serviços urbanos mal chegam e se os trechos que mais necessitam de acessibilidade não são atendidos pelo teleférico turístico (parado por dois meses, recentemente).

## “Tudo isso poderia ter sido evitado sem inviabilizar os próprios jogos? Certamente”

Necessário lembrar o psicanalista e filósofo Félix Guattari, quando anunciava que:

*Mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre ecossistemas, mecosfera e Universos de referência sociais e individuais. Tanto quanto algas mutantes e monstruosas invadem as águas de Veneza (...) uma outra espécie de alga, desta vez relativa à ecologia social, consiste nessa liberdade de proliferação que é consentida a homens como Donald Trump que se apodera de bairros inteiros de Nova York, de Atlantic City etc, para “renová-los”, aumentar os aluguéis e, ao mesmo tempo, rechaçar dezenas de milhares de famílias pobres, cuja maior parte é condenada a se tornar homeless, o equivalente dos peixes mortos da ecologia ambiental. (Guattari, 1991)*

De fato, há invasões e tomadas de ecossistemas acontecendo em todo o processo aqui relatado, e não à toa até há pouco era previsto o grande projeto de Trump Towers<sup>2</sup> no Porto Maravilha carioca. Vem também dos Estados Unidos o tocante exemplo de resistência da comunidade do West End de Boston<sup>3</sup> (Ascher, 2013), e como esta comunidade, totalmente expulsa e dispersa pela cidade, procurou resistir à quebra de laços pelos traumáticos processos de renovação urbana e de expulsão e dispersão de toda a comunidade, guardando contato entre si, o que resultou, 50 anos depois, na criação de um museu que retoma as memórias da vida local à época (West End Museum)<sup>4</sup>. Recentemente, a comunidade de Vila Autódromo no Rio de Janeiro, uma das que mais sofreram com o processo de remoção<sup>5</sup>, também é objeto da criação de um Museu das Remoções, em pleno território semidestruído. Um museu realmente vivo e presente. Seu papel é mostrar que o lugar onde se vive importa e que dispor da vida das pessoas como se fossem apenas números é algo que deveríamos superar.

Iniciativas similares existem em muitas outras comunidades no Rio de Janeiro. Persiste, no entanto, a questão sobre como validar memórias recentes e passadas, como se fazer ouvir e encontrar canais de disputa do futuro da cidade (e de todos nós, pois o fato é que a desgraça de uns, em algum momento afeta a todos) diante de formas cada vez menos democráticas e mais empresariais e elitistas de produção do espaço urbano, com casos mundiais de privatização de bairros, como é a tendência no quadro das parcerias público-privadas que se tornam a forma majoritária de renovação urbana no Brasil contemporâneo. Compreender que prosseguir construindo a cidade rica condenando a pobre às grandes periferias que permanecem tratadas como suburbanas, é um modelo reconhecidamente arcaico, gerador de grandes desequilíbrios urbanos.

As grandes metrópoles mundiais hoje se preocupam em garantir habitação social em todos os grandes projetos a fim de propiciar um mínimo de equilíbrio nos investimentos urbanos. Preocupam-se também em levar boas condições urbanas a todos os bairros que compõem essa estrutura. De todo modo, espera-se que as novas gerações pós-olímpicas no Brasil, formadas no calor dos debates políticos cada vez mais complexos no país e no mundo, compreendam melhor o papel primordial das grandes metrópoles na construção de uma sociedade menos autofágica e violenta do que conseguimos até aqui. Que estas não sejam uma mera reprodução espacial da desigualdade social, mas que sigam sendo cada vez mais um local de produção de novas formas de viver coletivas, mais solidárias entre si e com o meio ambiente, melhorando, assim, as perspectivas de futuro.

**Clarissa Moreira** é arquiteta urbanista. Mestre em urbanismo PROURB/UFRJ Doutora em filosofia PARIS 1 – Sorbonne Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.

- 1 Arranha-céu de 58 andares localizado na 5ª Avenida em Nova York. Inaugurado em 1983, o projeto foi desenvolvido por Donald Trump, atual candidato republicano à presidência nos Estados Unidos.
- 2 Bairro de Boston que foi quase completamente destruído nos anos 1950 em decorrência de projetos de renovação urbana. É tido até hoje como um exemplo de excessos que esse tipo de programa pode alcançar.
- 3 <http://thewestendmuseum.org/>
- 4 <https://www.brasilefeto.com.br/2016/05/18/museu-das-remocoes-expoememoria-de-resistencia-da-vila-autodromo-no-rio/>

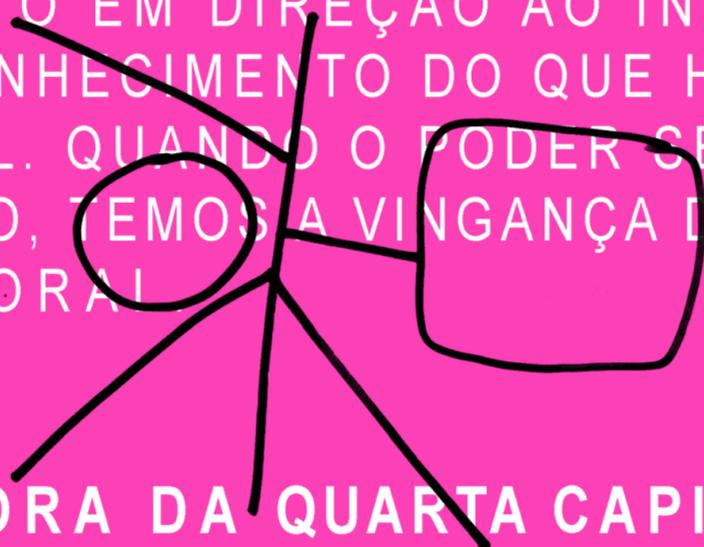


Morro da Providência

Foto: Grasielle Magri Grossi

CAMPANHA ELEITORAL

**POVOS DO BRASIL**, TRILHEMOS O CAMINHO PARA A NOVA CAPITAL DA REPÚBLICA! TIVEMOS SALVADOR. A PRIMEIRA CAPITAL ARCAICA, ONDE NASCEU O MITO DA CIVILIZAÇÃO ATLÂNTICA E DO MAR-ÚTERO. TIVEMOS O RIO DE JANEIRO. COM A CHEGADA DA CORTE, DA BOSSA NOVA E DA PINTURA NEOCONCRETA, CRIOU-SE A NOÇÃO DE BOM GOSTO PARA TODO O BRASIL. O BOM GOSTO VERSUS A ENGENHARIA DO FUTURO. A MELODIA VERSUS O RUÍDO. A SALA DE ESTAR VERSUS A FLORESTA. O PENSAMENTO DE ELITE SE CONFIGUROU NO LITORAL. TIVEMOS BRASÍLIA. UM SALTO EM DIREÇÃO AO INTERIOR, A AUTO-ESTIMA E AO RECONHECIMENTO DO QUE HÁ DE TABARÉU NA CULTURA NACIONAL. QUANDO O PODER SE TRANSFERE DO MAR PARA O SERTÃO, TEMOS A VINGANÇA DOS SERTÕES EM RELAÇÃO AO LITORAL.



**É CHEGADA A HORA DA QUARTA CAPITAL DO BRASIL!** NA AMAZONIA OU MIAMI. LÁ ESTÁ O INCOSCIENTE COLETIVO ESTRATÉGICO DOS POVOS BRASILEIROS. AS SOCIEDADES CONTRA O ESTADO. OU O ESTADO TOMANDO WHISKY COM ÁGUA DE COCO. AO CONTRÁRIO DO QUE PENSAVAM ALGUMAS VANGUARDAS SULAMERICANAS, NOSSO NORTE É O NORTE MESMO. A QUESTÃO BRASILEIRA IMEDIATA SERÁ COMO INVERTER O JOGO E SABER O MECANISMO DE INVERSÃO DO JOGO. O COMPLEXO CIVILIZATÓRIO REVISTO E O FIM DO COMPLEXO DE ÉPICO! EM 2022, VÓTE PPUB

**PPUB - PARTIDO PELA UTOPIA BRASILEIRA** PPUB - PARTIDO PELA UTOPIA BRASILEIRA

## NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS

por **Rodrigo Maltez Novaes**

# Um golpe à realidade: uma pequena polêmica sobre a imagem na atualidade

*Agora sei qual é o propósito da política, é se transformar em imagem.*

VILÉM FLUSSER, 1991

Em 2001, eu morava em Londres e, no dia 11 de setembro, à tarde, fui ao centro da cidade levar alguns filmes de 35mm para um laboratório de fotografia que oferecia um serviço de revelação e impressão em apenas uma hora. Para quem ainda não tinha uma câmera digital, esse serviço era vital. O início do século XXI trouxe, para a fotografia, uma transição dramática de um suporte para outro: da película com base química para os pixels matematicamente calibrados. A nova tecnologia chegava como uma suposta representação mais fiel da realidade. Porém, naquele dia do primeiro ano do século XXI, a fotografia, ou melhor, o universo das imagens técnicas, engoliu a realidade e, junto com ela, várias das categorias daquilo que chamávamos de “verdade”.

Após ter deixado os filmes no laboratório, saí andando pelo centro de Londres à procura de algumas coisas que precisava comprar. Até aquele momento, a espera parecia normal e o dia seguia sem grandes problemas. No entanto, algo estranho começou a interferir no meu ritual de espera. Trabalhar com fotografia na era dos processos químicos exigia paciência. Criar imagens requeria uma relação de respeito com o tempo e o acaso. E a espera tinha também um potencial criativo para aqueles que sabiam esperar. Nesse processo, vários rituais de espera eram criados. O meu era resolver coisas corriqueiras, burocracias e afins. No dia 11 de setembro de 2001, eu apenas andava pelo centro da cidade sem grandes objetivos, mas, ao entrar e sair de lojas, comecei a notar algo diferente no rosto das pessoas. Algo difícil de explicar. Foi quando minha mãe começou a me ligar no celular. Queria saber onde eu estava.

Dois meses antes, ela havia sofrido um acidente e estava, desde então, com a perna engessada e sem poder sair de casa. Após concluir o curso de mestrado, em junho de 2001, o plano era ajudar minha mãe e depois passar um tempo no Brasil. Mas até então o futuro ainda estava indefinido. Passei aquele verão trabalhando em um bar gay perto de casa, para facilitar. Trabalhava à noite e ajudava minha mãe durante o dia. Foi uma época cheia de incertezas e questionamentos, sobretudo internos. Então fiz um dos meus últimos projetos com filme de 35mm e, naquela manhã do dia 11 de setembro de 2001, estava esperando a revelação das imagens. Mal sabia que em apenas um ou dois anos a fotografia digital mudaria todo o meu processo de produção, assim como de pensamento.

Naquela manhã fatídica, as chamadas da minha mãe no celular tinham um tom de desespero. Nada do que ela dizia fazia sentido – aviões batendo nas torres gêmeas de Nova Iorque? Não conseguia formar uma imagem nítida do que ela queria dizer. Ela insistia que voltasse para casa, pois diziam que iriam atacar o centro de Londres também – algo que me soava absurdo. Nas lojas, todos comentavam o que estava acontecendo, mas as notícias chegavam pelo rádio e as descrições eram muito absurdas para serem acreditadas. Deveria ser uma piada, alguma campanha de marketing. Logo tudo voltaria ao normal. Alguém anunciaria a brincadeira.

Ao chegar em casa, minha mãe estava desesperada no sofá e, na televisão, as torres gêmeas desmoronando. Virando pó. Aquilo não podia ser verdade. O que aquelas imagens mostravam não podia ser real. No entanto, não havia como contestá-las, eram muitas imagens, de diversos ângulos e diversas fontes. Não tinha como ser montagem. Todas aquelas imagens na TV me causavam certa náusea. Uma enxurrada delas nos hipnotizava e nos impedia de desligar a TV. Mas eram imagens digitais, feitas com uma grande variedade de aparelhos de todos os tipos, por várias pessoas ao mesmo tempo. Como poderíamos duvidar do que estava acontecendo? Aquele espetáculo não podia ser brincadeira. Definitivamente, não era piada. Agora, sabemos que não. E como interpretar, hoje, aquele evento do início do século XXI?

Na época, eu ainda não estudava a obra do filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser (1920-1991). A maneira ortodoxa de interpretar o evento de 2001 era, e ainda é, através da política, religião, sociologia, e outros campos acadêmicos. Todos perfeitamente válidos dentro de suas perspectivas. No entanto, uma análise da obra e do pensamento de Vilém Flusser pode trazer novas perspectivas de interpretação, sobretudo no campo da estética, epistemologia e ética. Flusser teria, sem sombra de dúvida, classificado aquela manhã do dia 11 de setembro como o “primeiro evento pós-histórico global do século XXI”. Um evento singular que teve efeito imediato sobre toda a população mundial, mediado e causado por imagens técnicas.

Para Flusser, as imagens técnicas são uma nova categoria de imagem. Imagens são produtos da imaginação humana – esta, por sua vez, imagina, ou seja, cria imagens. Portanto, imagens são abstrações do mundo concreto: símbolos. Tradicionalmente, imagens eram (algumas ainda são) produzidas pela mão humana: desenhos, pinturas, esculturas etc. Atualmente, imagens são produzidas por aparelhos programados para produzir imagens. Essas são as imagens técnicas. Os aparelhos não imaginam; transcodificam sintomas de eventos em imagens. Essa é a essência das imagens técnicas: são sintetizadas por aparelhos a partir de símbolos pré-programados. Porém, escondem esse fato em sua caixa preta<sup>1</sup>. Imagens técnicas representam o evento como se fossem uma “janela” direta; como se fossem uma significação objetiva daquilo que representam.

*As imagens técnicas pretendem que não são simbólicas como o são as imagens tradicionais. Pretendem que são sintomáticas, ‘objetivas.’ A diferença entre símbolo e sintoma é que o símbolo significa algo para quem conhecer o convênio de tal significação, enquanto o sintoma está ligado causalmente com seu significado. A palavra “cachorro” simboliza, a pegada sintomatiza o bicho. Tal pretensão à sintomaticidade, à objetividade, das imagens técnicas é fraude. Na realidade os aparelhos transcodificam sintomas em símbolos, e o fazem em função de determinados programas. A mensagem das imagens técnicas deve ser decifrada, e tal decodificação é ainda mais penosa que a das imagens tradicionais: é ainda mais ‘mascarada.’<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.  
<sup>2</sup> FLUSSER, Vilém. *Pós-História*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983. p.101.

**“Imagens técnicas representam o evento como se fossem uma ‘janela’ direta; como se fossem uma significação objetiva daquilo que representam.”**

## NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS



Deputados durante a votação da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Roussef, no dia 17 de abril de 2016.

Marcelo Camargo / Agência Brasil

**“Por ser um produto automático de aparelhos programados, as imagens técnicas se reproduzem com uma velocidade exponencial absurda. E é essa capacidade de inundar o cotidiano com milhões de imagens (estereótipos) que lhes dá o poder de capturar a cena e dominá-la. Hoje, a realidade é a ficção que escolhemos acreditar.”**

Antes de prosseguir, é necessário ressaltar um fator importante: apesar de mencionar primeiramente a fotografia, quando Flusser se refere às imagens técnicas não classifica apenas imagens fotográficas como imagens técnicas, nem mesmo apenas imagens digitais, mas sim toda e qualquer imagem (no significado mais amplo possível do termo) que emerge de um ambiente computacional, ou melhor, de um aparelho. Para simplificar: nem todas as imagens técnicas são fotografias ou imagens digitais, mas toda fotografia e imagem digital é definitivamente uma imagem técnica. Essa é uma questão importante para poder entender o que Flusser pretende quando se refere a imagens técnicas, porque essa categoria de imagem é muito mais ampla que a fotografia. E isso importa primeiramente do ponto de vista da infraestrutura dos meios de comunicação da atualidade, já que tal infraestrutura exerce grande influência no campo sociopolítico.

Imagens técnicas não são apenas imagens pictográficas; não são apenas “imagens que ‘mostram’ alguma coisa”. Imagens técnicas permeiam todos os nossos meios de comunicação e quase todos os nossos meios de produção. Tudo o que acontece sobre as telas de computadores, *media tablets* e *smartphones* são imagens técnicas. Todo e-mail, SMS, conversa de Facebook etc. é uma imagem técnica. Assim, a imagem técnica engloba também os textos. O gesto de escrever, hoje, tem uma conotação completamente diferente. O simples ato de cortar, copiar e colar em ambiente digital alterou a maneira como pensamos sobre textos e como estes funcionam dentro de sua estrutura base. Mas, a questão fundamental sobre o papel que as imagens técnicas exercem na atualidade está relacionada à maneira como criamos nossos códigos de comunicação e como esses fenômenos abstratos se relacionam com os concretos que, supostamente, os fenômenos abstratos significam. Esta suposta relação direta ou “objetiva” entre o universo simbólico abstrato e o mundo dos fenômenos concretos é o problema fundamental da “realidade”, ou da “verdade”.

Acreditamos que um fenômeno concreto é uma verdade e que um abstrato (um meio) nos conduz ao concreto. Porém, dependendo do grau de verdade atribuído ao fenômeno abstrato, isso pode nos levar a um questionamento do fenômeno concreto significado, ou seja, neste caso a dimensão dos fenômenos abstratos torna-se mais verdadeira que a dimensão dos fenômenos concretos e, portanto, nossas tábuas de valores para medir a dimensão dos fenômenos concretos desmoronam. Todo símbolo estabelece uma série de categorias que se tornam juízos de valores para julgar o mundo concreto. (Por exemplo, fotografias em p&b fazem com que imaginemos o passado em p&b). No entanto, quando o símbolo abstrato supera o fenômeno concreto nossa relação com a realidade se altera de maneira fundamental. Esta é a essência do mundo codificado, ou do que Flusser chama de pós-história.

Neste sentido, toda imagem é uma verdade, porque toda imagem não deixa de ser, também, um fenômeno concreto. Portanto, todo símbolo, além de ser uma abstração, é também um fenômeno concreto, ou seja, uma verdade, e, por isso, todo símbolo acaba interferindo naquilo que significa, pois são duas verdades que se sobrepõem (este é um paradoxo fundamental da comunicação muitas vezes ignorado por alguns dos grandes pensadores). Só que, como símbolos, as imagens técnicas têm um grau de “verdade” mais intenso do que outros tipos de símbolo, devido a sua pretensão “objetiva”, e por isso ficamos decepcionados quando o fenômeno “real” não corresponde ao fenômeno simbólico. Mas se todo fenômeno concreto é uma verdade e todo símbolo também é um fenômeno concreto (além de ser abstrato), isso significa que todo símbolo também é uma verdade e a veracidade do significado se dá apenas quando essas duas verdades condizem. Porém, quando o símbolo abstrato se torna mais verdadeiro do que o fenômeno significado, ocorre uma inversão dos vetores de significado, apresentando um problema epistemológico de segunda ordem, ou seja, o símbolo passa a ter mais valor e, portanto, precede aquilo que significa. Este é o poder essencial das imagens técnicas: apresentam um universo abstrato que se torna mais “real” do que o universo concreto. Com as imagens técnicas, o papel tradicional das imagens, que era de nos ajudar a compreender a realidade, se inverte e, ao invés de nos revelar a realidade, as imagens técnicas criam uma, ou melhor, diversas realidades alternativas. Pós-história é crise epistemológica.

De acordo com a hipótese flusseriana, a imagem técnica causa a história contemporânea e isso significa “pós-história”, uma realidade que já nasce como código de comunicação. Do ponto de vista epistemológico, isso representa um enorme problema porque a pergunta que surge de imediato é: será que o acontecimento “X”, representado por imagens técnicas de natureza pictográfica (fotografias), realmente aconteceu? Dentro dessa lógica podemos dizer que, hoje, uma imagem técnica não vale mais “mil palavras”. Não pode mais ser a fonte da “verdade” objetiva, como supostamente o era durante o século XX. Inversamente, mil imagens técnicas têm, no entanto, o poder de criar uma, ou mais, “verdades” pretensamente “objetivas”. E essa tal “verdade” poderia ser chamada de “metaimagem”. Por ser um produto automático de aparelhos programados, que hoje são independentes do controle humano, as imagens técnicas se reproduzem com uma velocidade exponencial absurda. E é essa capacidade de inundar o cotidiano com milhões de imagens (estereótipos) que lhes dá o poder de capturar a cena e dominá-la. Hoje, a realidade é a ficção que escolhemos acreditar.

Portanto, a imagem técnica é uma ferramenta poderosa por ser altamente conotativa; por ter o poder de criar realidades (ficções) alternativas e por ter a capacidade de gerar esse outro tipo de imagem: a metaimagem. A metaimagem segue a estrutura grega do arquétipo, protótipo e estereótipo. O tipo, ou *typos*, significa a forma. Sendo assim, arquétipo é forma fundante, originária; protótipo é forma referente, original; e estereótipo é forma copiada, real, sólida. A imagem técnica é estereótipo corpóreo, mas a metaimagem é arquétipo incorpóreo. O poder da metaimagem reside exatamente em sua incorporeidade: a dimensão de formas (valores) emergentes se torna metafísica devido à metaimagem e, portanto, ainda mais ambígua e difícil de captar. A metaimagem nasce como mito: imagem mitológica.

## NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS

# “O universo das imagens técnicas abriu o terreno para a construção e desconstrução contínua da realidade. Com isso, a história acelera, os eventos correm em direção aos aparelhos produtores de imagens técnicas e a política se torna um espetáculo estético altamente dúbio”

Essa maneira de nos relacionar com o universo simbólico não é nova, mas as imagens técnicas, por serem pretensamente símbolos “objetivos”, reforçam a metaimagem mais intensamente, tornando-a mais “verosímil”. Portanto, as imagens técnicas fundamentam modelos éticos, estéticos e epistemológicos. Porém, por sua habilidade de gerar diversos pontos de vista sobre o mesmo fenômeno concreto, o universo das imagens técnicas e suas metaimagens resultantes geram crise de realidade; crise de valores, pois o que emerge é um perspectivismo radical que, conseqüentemente, desemboca em niilismo; em um aparente “vale-tudo”. Com isso, o maior desafio da atualidade é: como encarar esse niilismo emergente e transformá-lo em gesto positivo, criativo? Vivemos na pós-história, isto é, no império das imagens técnicas. A metaimagem está no poder. Temos o dever de resistir. Mas como resistir?

Algoritmos atuam por trás das imagens técnicas e com isso reforçam as metaimagens, pois cada um vê ainda mais do que já viu, reforçando ainda mais um ponto de vista viciado. Este é outro paradoxo fundamental da infraestrutura dos meios de comunicação atuais: de um lado, as imagens técnicas têm o potencial de romper ideologias que dependem de pontos de vista fixos, mas, de outro, esse potencial de ruptura é traído e capturado pelos algoritmos que programam as plataformas de comunicação, gerando vícios de ponto de vista. Os algoritmos<sup>3</sup> são um terceiro nível da crise epistemológica: determinam que imagens são vistas por quem e quando, tornando-se, assim, filtros epistemológicos. Algoritmos criam metaimagens; são a base fundante das metaimagens: radicalização de pontos de vista; radicalização de ideologias autoinduzidas pelo sujeito.

<sup>3</sup> Algoritmos são alguns dos elementos básicos da programação de computadores, pois funcionam como uma série de instruções. Nas plataformas online, onde operam as redes sociais, lojas, serviços etc., os algoritmos exercem um papel importante, pois regram quais tipos de informação um usuário recebe em sua tela. Isto é feito a partir da coleta de informação sobre o comportamento do usuário. Os algoritmos elaboram “pacotes” de informação e os direcionam ao usuário de acordo com seu comportamento online, reforçando, assim, os vícios e pontos de vista do usuário. Aparelhos programados por algoritmos, aos quais não temos acesso, são, portanto, “caixas pretas”.



O que as metaimagens indicam é que, infelizmente, a dimensão metafísica não desapareceu com a morte de Deus: a metaimagem tomou o seu lugar. As imagens técnicas deram forma, ou seja, realizaram, de forma concreta, a filosofia platônica na atualidade. As metaimagens residem na dimensão das formas ideais e, portanto, é somente através da *theoria*, no sentido grego do termo, que poderemos desenvolver a *thékne* apropriada para criticá-las.

O que se torna patentemente óbvio, hoje, é que os meios de comunicação tradicionais não têm mais o monopólio da construção da verdade. O universo das imagens técnicas abriu o terreno para a construção e desconstrução contínua da realidade. Com isso, a história acelera, os eventos correm em direção aos aparelhos produtores de imagens técnicas e a política se torna um espetáculo estético altamente dúbio. E, assim como nos ataques de 11 de setembro de 2001, nas manifestações pró e contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, entre outras, todo e qualquer evento hoje é capturado a partir de diversos ângulos e perspectivas. Não há mais terreno para que ideologias se estabeleçam como verdades absolutas. Porém, algoritmos ameaçam esse poder libertador e, portanto, atos de terrorismo contemporâneo devem ser voltados contra a metaimagem e seus algoritmos fundantes.

Atualmente, aqui no Brasil e em outros países, presenciamos um verdadeiro embate entre meios de comunicação pelo monopólio da “verdade”. Os meios tradicionais (TV, rádio, jornais) e os meios contemporâneos (redes sociais, blogs, vlogs etc) lutam pelo controle da metaimagem. Uma disputa pelo poder político.

Exemplo: a degradação, ou enaltecimento, da imagem de um líder político se dá através de uma estratégia sistemática que envolve todos os meios de comunicação para gerar uma metaimagem que, após ter sido criada, dificilmente sairá do inconsciente coletivo. A complexidade do sujeito é abstraída para o plano bidimensional das imagens técnicas, mas o conjunto delas gera uma complexidade significativa e, com isso, a metaimagem surge no plano supra-humano. O ataque de 11 de setembro de 2001 foi um ataque simbólico (apesar de ter gerado efeitos concretos devastadores); um ataque à metaimagem do poder sociopolítico Norte Americano, ou seja, o alvo foi a imagem, o símbolo abstrato, o “cartão postal” de Nova Iorque. E a destruição do fenômeno concreto (as torres gêmeas) foi o pretexto para a criação de uma nova imagem técnica. Porém, aquele ataque foi um ato reacionário e não revolucionário, pois apenas reafirmou o poder das imagens técnicas.

Portanto, resistir, hoje, significa gerar ruídos, *glitches*, brechas na caixa preta, no aparelho e seus algoritmos para que a metaimagem seja progressivamente corrompida, desgastada e, com isso, alterada. Não há uma maneira objetiva e certa de alterar metaimagens. Esse processo deve ser contínuo e requer empenho daqueles que desejam criticá-la, tornando-se ainda mais complicada pelo fato de não haver apenas uma metaimagem. Apesar de ter ocupado o lugar de um Deus único, a metaimagem é múltipla. O que vivenciamos hoje é um panteísmo de metaimagens e esses novos titãs requerem novas estratégias de combate.

■ **Rodrigo Maltez Novaes** é artista, designer, editor e tradutor. Doutorando na European Graduate School, onde desenvolve um projeto sobre a obra de Vilém Flusser; atualmente dirige o projeto de criação do Arquivo Online Vilém Flusser e da editora Metaflux.

Deputados durante a votação da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016. Marcelo Camargo / Agência Brasil

## SOBRE OS FINIS

por  
**Leticia Leite**

Leticia Leite é jornalista do Instituto Socioambiental e uma das autoras do *Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação*, publicado em junho de 2015.

# Belo Monte e a ruptura democrática na Amazônia

“Esta usina é do tamanho deste povo, ela é grandiosa. A melhor forma de descrever Belo Monte é esta palavra: é grandiosa”. A frase foi dita por Dilma Rousseff no discurso de inauguração oficial da usina hidrelétrica, erguida à beira de um dos rios mais importantes da Amazônia, o Xingu.

O “Brasil Grande” de Dilma Rousseff inaugurou a sua grande obra em 5 de maio de 2016. Em Altamira (PA), cidade vizinha da usina, quatro crianças indígenas morreram de gripe no fim de semana anterior e outras quatro morreram na semana que sucedeu ao discurso da presidente afastada.

O desafio da reestruturação e da melhora do atendimento à saúde indígena se perpetuou durante toda a construção da usina. Tosse, coriza, febre, diarreia: estamos em 2016 e os índios que vivem na região de Belo Monte continuam a morrer de gripe.

Nenhuma das obras previstas para a saúde indígena nas aldeias foi concluída. Este é um dos resultados do Indicadores Belo Monte, recente estudo coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que durante um ano e meio monitorou um grupo de condicionantes da usina.

Todos os indicadores estão disponíveis em uma plataforma online e trazem a avaliação da eficiência do desenvolvimento local em 10 temas. O trabalho da FGV é uma fotografia do desperdício dos mais de 3,5 bilhões em investimentos socioambientais da usina. As condicionantes de Belo Monte foram financiadas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e revelam como o público e o privado se articulam na história recente do país.

Em seis anos de instalação da usina, a primeira turbina girou. Mas, e o hospital novo de Altamira? Construído em 2015 como parte das condicionantes de Belo Monte para atender à sobrecarga nos serviços de saúde provocada pela hidrelétrica, o Hospital Municipal de Altamira nunca chegou a funcionar.

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou às autoridades providências imediatas para sua abertura. Uma vistoria no prédio mostrou que já há deterioração devido ao abandono da estrutura. O plano apresentado ao MPF dá prazo de 120 dias para que todas as providências sejam tomadas e o hospital abra as portas para atender a população.

O fracasso no programa de reassentamento rural dos atingidos também foi tema da publicação Indicadores Belo Monte. Embora uma Declaração de Utilidade Pública (DUP) tenha designado 119 mil hectares para realocar os atingidos nas áreas rurais, o processo ficou muito longe de cumprir a meta determinada no licenciamento ambiental de reassentar ao menos 40% das famílias.

Outros casos envolvendo deslocamentos promovidos por hidrelétricas são citados no trabalho, mostrando que é possível fazer diferente, é possível dar à população a oportunidade de escolher o formato de recomposição do reassentamento e da infraestrutura produtiva e comunitária – praças, centros de convivência, escolas, postos de saúde.

O que aconteceu e está acontecendo na região de Belo Monte é que, feita a escolha do Estado, o que as delações na operação Lava Jato revelaram serem nada republicanas, o caminho para se implementar essa obra não poderia ter sido apenas uma escolha, como se o governo pudesse escolher seguir a obra acima do cumprimento do licenciamento ambiental.

Belo Monte entrou em operação carregando 25 ações judiciais. Nenhuma foi julgada. Para evitar o julgamento do mérito, os advogados da União usaram a Suspensão de Segurança, instrumento jurídico criado em 1964. Esse entulho autoritário permite a tribunais suspenderem decisão de instância inferior diante do perigo de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”.

O “apagão” e a falta de energia representam grave lesão à ordem e fez Belo Monte seguir acima da integridade da população amazônica. Usando por sete vezes a suspensão de segurança, o governo Dilma deu continuidade à obra, sem julgamento, até a usina virar fato consumado.

Dilma inaugurou Belo Monte sem ter a oportunidade de conhecer Altamira. As duas vezes em que visitou a região, seguiu direto para os canteiros de obras. Em ambos os momentos, citou apenas os trabalhadores da usina e estes não são, definitivamente, a representação dos povos da Amazônia.

São 16 povos indígenas ignorados não apenas no discurso da presidente afastada, mas por todo um projeto de governo que rompeu o estado democrático de direito com os povos da Amazônia para dar segmento a um dos maiores esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público já vistos na construção de grandes obras.

É preciso pisar no esgoto que corre em todas as calçadas de Altamira para reconhecer que os R\$ 485 milhões investidos em saneamento básico levam para o ralo a democracia na Amazônia brasileira. As tubulações não foram ligadas nas casas. A confusão sobre o que é o Estado e o que é a Norte Energia, empresa que ganhou o polêmico leilão da hidrelétrica, transforma qualquer demanda em um jogo de empurra.

O saneamento inoperante é objeto de uma das 25 ações não julgadas de Belo Monte. A última pede que a Justiça Federal reconheça que Belo Monte constitui uma ação etnocida do Estado e da empresa, “evidenciada pela destruição da organização social, costumes, línguas e tradições dos grupos indígenas impactados”.

## Belo Monte e a TI mais desmatada do Brasil

A Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, homologada em abril de 2016, após 30 anos de luta do povo Arara e que deveria ter sido efetivada seis anos atrás, antes do início das obras de Belo Monte, é apenas um exemplo da absoluta paralisação de demarcações de terra do país.

Os dados não deixam dúvidas: no governo de Dilma Rousseff, apenas 21 TIs foram homologadas, 25 TIs declaradas e 44 TIs identificadas e delimitadas – segundo dados monitorados e publicados no site do Instituto Socioambiental. Trata-se da pior média desde a redemocratização do Brasil.

O resultado na Terra do povo Arara está registrado nos índices de exploração ilegal de madeira na área de influência da obra. Foram extraídos 200 mil metros cúbicos de madeira só em 2014. Essa quantidade é suficiente para encher mais de 13 mil caminhões madeireiros. Em 2013, a TI Cachoeira Seca foi a mais desmatada do Brasil.

“Eu não vou falar do que acontece em Altamira. Sugiro que vocês falem com a ministra (a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira). Eu vou defender a hidrelétrica em todas as circunstâncias”, disse a presidente afastada à *Agência Pública*, em entrevista publicada no dia 27 de junho de 2016.

“Estamos em 2016 e os índios que vivem na região de Belo Monte continuam a morrer de gripe.”

O mais perigoso é sempre aquilo que não se detecta como perigoso, aquilo que se naturaliza como inevitável – e, na Amazônia, a violência do “Brasil Grande” tornou-se natureza. Assim, a morte cultural dos indígenas é naturalizada por parte dos brasileiros e por Dilma.

Dilma, que só conseguiu planejar um Brasil Grande, pode se despedir da presidência, numa clara ruptura institucional à democracia – ou golpe – sem ter conhecido uma grande parte do Brasil. Não conseguiu aterrissar na diversidade da Amazônia. Pode partir sem sequer ter reconhecido a grandiosidade de se viver num país com mais de 240 povos, a grandiosidade de se viver num território com 180 línguas faladas e falantes.

“O impeachment pode funcionar como um golpe. Você tira um governante mas não quebra o modelo democrático”, disse Dilma em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*. Belo Monte é como Belo Monte foi apelidada no Xingu. Belo Monte começou a operar mesmo com 25 ações judiciais, graças a um instrumento jurídico criado na ditadura militar e amplamente usado para suspender a democracia na Amazônia.



Ocupação indígena do canteiro Belo Monte em maio de 2014.

Foto: Leticia Leite/ISA

## SOBRE OS FINS

por Pedro  
Neves Marques

ensaio  
fotográfico por  
Helena Wolfenson

# É preciso olhar para cima, o céu está a cair: humanidade antes e depois do fim do mundo

São várias as comunidades indígenas das Américas que acreditam que os animais descendem dos humanos e não os humanos dos animais. Nas suas cosmogonias<sup>1</sup>, no princípio tudo era humano. Ou melhor, outro ou mais que humano, visto que a sua forma seria definida pela constância da metamorfose. Depois o mundo chegou ao fim e desse cataclismo formaram-se as várias espécies, plantas, rios, estrelas e minerais. Esta dispersão original acabou com um estado mítico de canibalismo primordial, onde tudo era indiferenciado; um tempo em que todos comiam os seus afins para se alimentar. Estas entidades, independentemente da sua espécie ou forma, permanecem ainda hoje humanas. São apenas alguns de nós que, apesar das nossas tecnologias e ciências, não conseguem ver uma humanidade nos outros. Os Yanomami, por exemplo, acreditam que o céu caiu sobre a terra e que o céu carregava uma floresta nas costas. Na verdade, para os Yanomami, como nos conta o seu xamã Davi Kopenawa, o céu caiu já por inúmeras vezes, redistribuindo esta humanidade comum a cada queda. É de supor que cada céu e cada floresta que caem põem em movimento um processo de sedimentação, metamorfoseando algumas entidades e enterrando outras – transformando-as em espíritos? Talvez em espíritos do petróleo ou do carvão, o que não estaria longe da explicação geológica desses materiais; ou talvez em espíritos do ouro, do lítio ou de qualquer outro mineral raro que hoje energiza a tecnosfera terrestre.<sup>2</sup>

Contra as visões escatológicas modernas sobre o fim do mundo, prefiro seguir aqui a dedicação de antropólogos como Eduardo Viveiros de Castro, por estas cosmogonias indígenas, numa tentativa de pensar através e para lá do fim do mundo. Em outras palavras, pensar o fim como cosmogonia ou como princípio. Como exemplificado pelos mitos acima referidos, o “nosso” fim é apenas um de muitos, e o fracasso do “nosso” mundo simultâneo com a (re)emergência de outros mundos, talvez mesmo, nas palavras da antropóloga Elizabeth Povinelli, com a possibilidade de experienciar este mundo “de outro modo”.

Como diz a famosa frase, “existe apenas um planeta Terra”, mas este planeta abre-se numa pluralidade de mundos, mediados por diferentes ontologias, com diferentes dinâmicas entre natureza e cultura, ou até mesmo, nos casos mais extremos, mundos possivelmente sem qualquer distinção entre natureza e cultura. Tais cosmogonias confrontam-nos com duas reversões contraintuitivas da teleologia moderna: que o apocalipse está no passado, e que tudo é humano. Estas são reversões vitais, não fossem também as categorias de tempo e subjetividade, o que vem sendo questionado pelo colapso de escalas e agências nas nossas sociedades, isto é, o fim da suposta inércia da natureza sob a agitação produtiva da cultura.

“Os Yanomami acreditam que o céu caiu sobre a terra e que carregava uma floresta nas costas.”

*Casas em Bento Rodrigues após a tragédia. O vilarejo foi o que mais sofreu com o desastre da Samarco.*



*Este texto foi originalmente publicado na língua inglesa no e-flux Journal n. 65: Supercommunity (2015) como o editorial da sua seção especial sobre o tema Apocalypsis, para a 56ª Bienal de Arte de Veneza em 2015.*

*As fotografias que ilustram este ensaio fazem parte do projeto Rastro de Lama, um documentário que está sendo produzido por Helena Wolfenson e Aline Lata. O filme investiga as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco do ponto de vista de dois jovens: Ricardo e Marlon, de Bento Rodrigues, o primeiro vilarejo a ser atingido pela lama que gerou um rastro de destruição ambiental e social na região de Mariana, Minas Gerais até a foz do rio Doce, no Espírito Santo.*

A temporalidade inversa destes mitos da criação, para além de ser a negação da teoria da evolução das espécies proposta por Herbert Spencer e Charles Darwin – como referiu Lévi-Strauss no seu livro *A Oleira Ciumenta* (1985), nestes mitos, “que poderíamos chamar de evolucionistas (...) a tartaruga terrestre descende do macaco e o macaco do homem [e] o tapir e a cotia descendem de espécies vegetais”<sup>3</sup> – contraria a arrogância moderna de que o apocalipse tem de ser universal, quando na verdade o mundo acabou já para muitos outros, humanos e não humanos. É sabido que até 95% dos ameríndios morreram entre 1492 e 1610. Isto sabendo que a população nativa ultrapassava em larga escala a dos recém-chegados. No século XVI, os europeus, numa perspectiva global, eram uma minoria.

Daí que a primeira fase da colonização das Américas tenha sido recentemente proposta como candidata para datar o princípio do Antropoceno<sup>4</sup>. O apocalipse ameríndio deixou amplas áreas do território descuidadas e sem agricultura, provocando o declínio da produção de técnicas de terraformação indígena como, por exemplo, a terra preta amazônica, solo antropogénico e altamente fértil que, dada a sua mistura de carvão, pedaços cerâmicos, estrume e ossos, se revela eficaz na sequestração de dióxido de carbono. A prova material do impacto deste encontro transatlântico encontra-se escondida em amostras retiradas do subsolo do Antártico. Estas revelam como a floresta que veio a crescer pelos territórios que se encontravam cultivados antes do genocídio produziu um declínio global de emissões de dióxido de carbono – o que os climatólogos Simon Lewis e Mark Maslin chamam de *Orbis Spike*.<sup>5</sup>

1 Cosmogonia é a teoria sobre a origem do universo geralmente fundada em lendas ou em mitos e ligada a uma metafísica particular de um povo.  
2 1) Estas cosmogonias são expressas em diferentes regiões geográficas, e não apenas na América do Sul, como por exemplo entre os Kaluli da Papua, Nova Guiné. Para mais, ver o livro *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins* (São Paulo: Cultura e Barbárie, 2014). 2) A “tecnosfera” é um conceito das tecnociências que propõe o entendimento da intensificação da relação entre a tecnologia e as transformações civilizacionais sobre o planeta como uma nova esfera, similar à hidrosfera, litosfera, e por aí em diante.

3 Claude Lévi-Strauss, *A Oleira Ciumenta* (São Paulo: Editora Brasiliense, 1985) p14. Neste caso, em particular, Lévi-Strauss refere-se aos mitos dos Waiwai, Kashinawá e Guarayo.

4 O termo ‘antropoceno’ dá nome ao período mais recente vivido pelo Planeta Terra, no qual a humanidade passa a ser um agente ativo e não mais passivo no clima terrestre (N.E.)

5 *Orbis Spike* refere-se, por um lado, à noção de global, e de transações globais, iniciadas pela colonização das Américas, e, por outro lado, a *Golden Spike*, isto é, marcos cientificamente comprováveis, ao nível geológico, de uma drástica alteração climática no curso da história do planeta.

## SOBRE OS FINS

Em paralelo, o conhecimento sobre a terra preta, por parte tanto de índios como de brancos, tem contribuído para uma imagem antropogênica, entretanto, reconhecida antropológica e arqueologicamente, da floresta amazônica – o que implica, em simultâneo, tanto o fim da ideia de uma natureza pura e intocada como a potencial legitimação de novas tecnologias de geoengenharia.

Não deixa de ser assustadoramente irônico que o efeito secundário deste primeiro evento antropogênico de grande escala tenha sido a aniquilação de parte da população mundial. Isto porque é prudente lembrar quanto central foram, de fato, as Américas na constituição da modernidade. Como nos lembra Hélène Clastres, o confronto colonial com os ameríndios foi vital para a imaginação do progresso evolucionista moderno: a passagem de uma natureza selvagem progressivamente domesticada para uma futura cultura de produção e controle.<sup>6</sup> Os “primitivos”, no seu estado natural, representavam um estágio anterior da história; eram a confirmação viva do avanço civilizacional (cultura) e evolucionista (natureza) dos modernos.<sup>7</sup> Para os europeus, eles eram a prova de uma única espécie – os humanos – coexistente no mesmo presente, mas em graus distintos de evolução cultural e genética. A partir dessa separação gradual entre natureza e cultura, todos os seres vivos passam a distinguir-se ou por espécie (entre a humanidade e os animais, etc.) ou por cronologia evolutiva (entre os homens ou mulheres). Eis a importância da teoria da *Orbis Spike*. Esta impede-nos de pensar separadamente esse primeiro grande evento antropogênico e o nascimento da humanidade enquanto conceito moderno, um conceito histórico, mas também ontológico.

O genocídio indígena foi uma condição necessária à modernidade; coisa que a atual hegemonia multicultural, inserida no projeto de globalização neoliberal, seja na forma de um universalismo humanista ou de uma inclusão capitalista, pouco mudou desde então. Não é de estranhar, portanto, que o genocídio seja também o modo como a “nossa” modernidade termina. A evolução racionalista da modernidade conduziu-nos ao estado atual: canibalismo carbônico, oceanos radioativos, polímeros carcinogênicos e, mais recentemente, *fracking* e geoengenharia – que apenas reforça o isolamento da humanidade moderna na obsessão da sua aparente supremacia.

Ao escrever estas palavras, penso não apenas em mundos indígenas, mas também na atual extinção animal e vegetal: a maior desde o desaparecimento dos dinossauros. Isto num momento em que a astronomia vem descobrindo cada vez mais planetas situados fora do sistema solar, produzindo não apenas sonhos de um planeta gêmeo ao nosso em algum lugar das profundezas do espaço sideral, mas também a esperança prometeica de colonização espacial e de uma nova fronteira capitalista. A questão encontra-se, portanto, mal colocada. Não se trata tanto de haver ou não vida no universo para além do planeta Terra, mas sim de que estamos neste momento a remover vida do universo a um ritmo alucinante – como se no universo pudesse apenas existir o humano, e isto num sentido altamente restrito do que humanidade pode significar, tal como nos indicam as referidas cosmogonias.

O que está chegando ao fim é o mundo moderno – um mundo muito particular inventado a partir de 1492, e animado por uma ontologia naturalista no interior da qual a divisão entre natureza e cultura é instrumental. A humanidade, como “nós, modernos” a entendemos, não é mais uma solução – pelo menos não isoladamente, na nossa ignorância cosmoecológica. Pelo contrário, da perspectiva da Terra, a humanidade não parece ser senão um problema.

Mas esta é uma humanidade contrária à das cosmovisões Yanomami ou Cashinawa da América do Sul, por exemplo, as quais são, no geral, descritas como animistas ou, como refere Viveiros de Castro, marcadas por um multinaturalismo perspectivista. Nas suas palavras, o multinaturalismo é tanto um negativo do multiculturalismo como a inversão do unilateralismo do naturalismo. Falar de mundos outros que os nossos não é simplesmente uma forma de diferença entre culturas, mas entre naturezas. Para o multinaturalismo, a natureza não é o cenário manso e transparente, embora complexo, imaginado pelos modernos. Se para os modernos a natureza é, ou costumava ser – visto que já não estamos tão certos – unificada para nós e por nós, para os povos aqui referidos é a expressão de diferentes encarnações e afetos que resultaram dessa diversificação primordial mítica.

“Será possível sugerir que tudo é humano?”

Do ponto de vista multinaturalista ou de um esquema ontológico animista, a humanidade não é essa qualidade moral cartesiana na qual se funda o especismo moderno. Como exemplificado pelas referidas cosmogonias, humanidade é a forma de uma partilha, um atributo negociado, transversal a todas as entidades, biológicas ou não. Assim, para os mundos de inclinação animista deste mundo inevitavelmente comum, o problema não é a humanidade, mas a sua ideia enquanto espécie. A humanidade é uma totalização, sem dúvida, mas não nos termos de uma espécie. A humanidade seria antes uma cultura originária, mas transespecífica; uma condição comum, mas geradora de formas no espaço-tempo da diferença entre os seres: as tartarugas e os porcos que evoluíram dos macacos, de Lévi-Strauss.

Esta reversão cosmogônica da teoria das espécies e da evolução não deve ser entendida simplisticamente como a recusa da ciência moderna, mas sim como um reconhecimento da explosão pluriversal de um mundo até há bem pouco visto como hegemonicamente moderno, mas no qual já poucos parecem acreditar. Para antropólogos como Viveiros de Castro, Marisol de la Cadena, Lesley Green, e muitos outros, os indígenas (das terras baixas, dos Andes, da África do Sul, etc.) não são mais os invisíveis. Eles estão, na verdade, na linha da frente deste mundo pós-apocalíptico. Isto não é nem um idealismo ao estilo de Rousseau nem um escapismo cosmopolita. Como diz Viveiros de Castro, trata-se, por um lado, de aprender com a sua sobrevivência e reinvenção para lá do seu próprio apocalipse e, por outro, um sinal da vitalidade disruptiva de outras ontologias num momento em que o tecno-bio-capitalismo começa também a exibir sinais de transformação animista.

Eis que chegamos ao cerne da questão; ao núcleo destes sonhos apocalípticos. Enquanto nós, ditos modernos, nos ocupamos com a procura por híbridos (de modo a que estes nos ofereçam respostas cosmopolíticas e horizontes pós-capitalistas), o capitalismo encontra-se por igual em ruptura consigo mesmo. Isto é, também o capitalismo redefine a sua nova ontologia: destruição criativa enquanto destruição de mundos. Ou seja, será que estamos a olhar (de um outro modo) para essas outras ontologias, inteligências e agenciamentos apenas porque o capitalismo no qual habitamos também está em transformação? Talvez seja essa a razão por que uma humanidade partilhada e imanente não nos pareça, neste momento, assim tão paradoxal. A modernidade está a evoluir para além do que uma vez foi, apenas para encontrar ao fim da sua longa estrada messiânica esses supostos escravos da natureza que em tempos conquistou, explorou ou aculturou – sejam eles pessoas, com as suas já não tão estranhas filosofias da natureza, ou mesmo animais e plantas que comecem a surgir para nós como sujeitos em si mesmos, não de um modo animista, é de notar, mas não mais do modo do naturalismo moderno.

Para onde quer que olhemos, a humanidade já não é o que era, e menos ainda um produto exclusivo da modernidade. Uma humanidade distinta da noção de espécie (para muitos animismos indígenas) ou, inversamente, um pós-humanismo acelerado e hibridizado pela tecnologia. E como negar essa humanidade devota a um único Deus, representada na terra pelo Estado Islâmico, com o seu elogio da barbárie como técnica de gestão para uma mudança de regime, a sua fé no poder iconoclasta dos corpos?<sup>8</sup>

Enfim, o fim do mundo não é um assunto multicultural, mas sim multinatural. Claramente, fé nos híbridos não é o suficiente. O mesmo se poderá dizer do elogio da diferença. Em contraste com os discursos do inumano ou do anti-humano, será possível sugerir, como acontece em sociedades animistas, que tudo é humano? Será tal palavra sequer relevante para lá do sentido histórico que lhe foi atribuído a partir do Renascimento? Manter essa palavra implicaria não apenas uma humanidade para lá da espécie, mas também para lá da modernidade. Mas isso seria um oxímoro: uma humanidade amoderna? Quem sabe, no fim do dia, estas sejam as perguntas erradas. Mas, sejamos claros, reconhecer a agência dos não humanos não faz de nós animistas. O animismo é simplesmente a palavra antropológica para a crença em uma humanidade outra à qual os modernos têm sido fiéis. E, no entanto, as ontologias não são fixas, elas mudam e se transformam, confrontam-se e negociam-se entre si. É isto que, de um ponto de vista multinaturalista, o fim do mundo quer dizer: entrar na cosmopolítica.

Somos já outros que nós mesmos. Óbvio. Basta olhar para cima: o céu está a cair. Desta nossa perspectiva o que nos é impossível ver é que o céu traz uma floresta nas costas.

■ **Pedro Neves Marques** é escritor e artista visual. É o editor dos livros sobre antropofagia e antropologia *The Forest and The School* (2014) e foi editor convidado da edição especial *e-flux Journal: Supercommunity* para a 65ª Bienal de Arte de Veneza (2015). Entre outros, expôs em Museu de Serralves, Kadist Foundation, e-flux e DocLisboa Festival de Cinema.

**Helena Wolfenson** é fotógrafa e documentarista.



6 Hélène Clastres, “Primitivismo e ciência do homem no séc. XVII,” Discurso, 13 (São Paulo: University of São Paulo, 1980).

7 Se os portugueses e espanhóis que primeiro chegaram às Américas no século XV e XVI, as suas caravelas repletas de gente árabe ou no mínimo de conhecimento islâmico, eram já modernos é toda uma outra questão, sem dúvida pertinente para uma antropologia desses primeiros encontros.

## RESISTÊNCIAS

por **Fábio Zuker**  
e **Martha Kiss Perrone**

# Por que ocupamos?

Ocupamos pra produzir o pão da vida. Ocupamos para matar a fome de milhões de bocas famintas. Ocupamos para semear vida nos quatro cantos da nação. Ocupamos para produzir existência. Ocupamos para libertarmos a mãe de nossa gente. Das cercas da morte da morte do capital. Ocupamos a escola para tirar o conhecimento das grades. Ocupamos a educação para sair da escravidão. Ocupamos a sabedoria para tirar as grades da ignorância. Se voltarem a perguntar: por que ocupamos? Em luta, ocupamos para desarmar os fuzis da morte. Ocupamos para destruir o capital da morte. Enfim, ocupamos simplesmente em nome da vida, da resistência, existência, LUTA! Porque do Estado não nascem sementes...

**Lilith Cristina, secundarista.**  
**Publicado no Facebook.**

### **Secundaristas em luta**

#### **Maio, 2016**

*Ocupação Deco em maio de 2016.*

*Foto: Martha Kiss Perrone*

**L.** 15 anos  
Escola Estadual Maria José  
Bela Vista

**G.** 15 anos,  
Escola Estadual  
Amélia Kerr Nogueira  
Itapecerica

**K.** 17 anos  
Caetano de Campos  
Centro

**M.** 16 anos,  
Escola Estadual Fernão Dias  
Pinheiros

**A.** 17 anos,  
Escola Estadual Fernão Dias  
Pinheiros

**J.** 18 anos, ex-secundarista  
Taboão da Serra

**D.** 15 anos,  
Alves Cruz  
Perdizes

**P.** 16 anos,  
Escola Godofredo  
Pinheiros

**[externo]**  
**Cena 1**  
**9h Estacionamento 23ª DP**

**P.** está com a cabeça para fora da janela do ônibus da polícia, outras meninas estão dentro da delegacia. Chega **M.**, que chama todos os secundaristas: vão até a janela beijar **P.** na frente do policiais. “Beijaço na DP!”, diz um secundarista. Em seguida, cantam alto: “Mãe, pai, tô no camburão! E só para você saber eu luto pela educação”. Um dos meninos, também apreendido, grita da janela do ônibus: “E o policial?”. Os meninos, cantando, respondem: “Chega PM, faz cara de mal, joga bomba de gás, de efeito moral!”.

**[externo, dia nublado]**  
**Cena 2**  
**8h Av. Tiradentes fechada pelos secundaristas**

**M.** e **J.** gritam: “Pessoal, pessoal, jogral!”. Todos juntos, em jogral: “Hoje fomos expulsos da Etec Paula Souza, eles podem nos expulsar hoje mas amanhã ocupamos mais 15 Etecs, escolas, ocupamos as diretorias porque a nossa luta é todo dia!”. **G.** grita: “E se a merenda não voltar”... Todos juntos, repetem: “A cidade vai parar!”.

**[externo]**  
**Cena 3**  
**3h30 2ª DP**

**J.** na frente da delegacia, esperando três secundaristas serem soltos. **J.** fala: “Sabe quando você tem algo preso e precisa gritar? Todo o processo de 2013 mudou a minha vida. Eu sempre soube que tinha algo errado mas eu não sabia direito a causa, não sabia me colocar e quando chegou junho de 2013 eu entendi de onde vinha o preço da tarifa, a precarização do ensino... e quando a galera viu a polícia indo para cima, tudo mudou”.

**[interno]**  
**Cena 4**  
**8h Ocupação Paula Souza**

Uma grande fileira para organizar os colchonetes e cobertores que servem de cama. Chega a notícia de que Eduardo Cunha foi afastado. Todos comemoram dançando e cantando: “Eta, eta, eta, eta – o Eduardo Cunha não vai controlar a minha buceta”. Um grupo faz uma roda e passa glitter e purpurina no rosto. A TV Globo chega do lado de fora da Ocupação. **G.** sai e grita: “Globo Golpista!”. Um assistente de câmera da emissora o empurra, todos saem e expulsam o funcionário da Globo, que segue xingando o meninos. **A.** pega o tambor e canta: “Vem mulher, vem mulher, mão para o alto, vem fazer revolução”. Todo mundo volta e começa a cantar junto.

**[interno]**  
**Cena 5**  
**12h Ocupação Paula Souza**

**G.** faz uma grande vaquinha entre os secundas e as pessoas e apoiadores na rua para o almoço de todos. “Será um almoço de verdade, com arroz, feijão”, diz. “Não queremos a comida seca como na merenda, em que vem bolacha doce e suquinho de caixinha. Eles servem isso porque querem que a gente não pense direito, que sejamos massa de manobra”, diz **K.** “Pessoal, pessoal, chegou a comida, vamos fazer uma grande fileira.” Chega a comissão do almoço, com 50 marmitas. Metade delas foi doada para os secundaristas pelo dono do bar da frente. Todos formam uma grande fila. Eles veem que a comida não vai dar para todo mundo e decidem dividir. “A comida é de luta?”, alguém pergunta. “Sim, essa comida é de luta e nos deixa mais fortes para o que vai vir”, diz **J.** Alguém grita: “pessoal, pessoal, jogral!”. Chega a liminar com o pedido de reintegração de posse para o dia seguinte, às 6h da manhã.

UM PRA  
CADA, POR  
FAVOR! 



## RESISTÊNCIAS



**[interno]**  
**Cena 6**  
**Madrugada Ocupação Paula Souza**

Os secundaristas se preparam para a chegada da Tropa de Choque, que fará a reintegração de posse. A assembleia dura até as 3h30 da manhã. É decidido que resistirão pacificamente. Alguns dormem uma hora, outros arrumam o espaço e uma comissão cuida da porta. **G.** não dorme, resolve pegar todos os cobertores que receberam de doação e comidas que sobraram e sai andando no entorno da Cracolândia, distribuindo junto com **M.** para pessoas em situações de rua. Uma menina da rua diz: “você são da Pastoral?”. “Não, somos secundaristas.” Ele serve suco, entrega os cobertores e diz: “Vai com Deus”.

**[interno]**  
**Cena 7**  
**4h30 Ocupação Paula Souza**

**M.** começa a chamar todos para acordar e terminar de arrumar o espaço. **A.** e **G.** colam cartazes na frente da Etec com a letra da música dos Racionais.

“60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.”

**[interno/externo]**  
**Cena 8**  
**5h30 Ocupação Paula Souza**

A Tropa de Choque chega e fecha a rua e todo o entorno da região. Os secundaristas se juntam. Os jornalistas ficam do outro lado da rua. Não há conselho tutelar. Os estudantes dizem que vão resistir pacificamente. O delegado faz um sinal. O choque avança. Todos fazem um grande círculo, sentados, de braços entrelaçados, no saguão da entrada. **G.** e outros secundaristas ficam na frente, do lado de fora, com a grande faixa rosa e gritam: “Bom dia, seu Geraldo, como vai?”. E em seguida gritam: “Sem violência”. O choque entra. Com violência. “Não tem arrego, não tem arrego”, todos gritam. O choque arrasta as meninas pelos cabelos.

**[interno/externo]**  
**Cena 9**  
**6h Ocupação Paula Souza**

Todas as meninas expulsas da Ocupação, no quarteirão seguinte, se abraçam juntas. Choram. Depois de três minutos, limpam as lágrimas, estendem a faixa e seguem cantando:

“Ocupar e resistir!”  
“Ocupar e resistir!”  
“Ocupar e resistir!”

“Mãe, pai, tô na ocupação e só para você saber eu luto pela educação”. Atravessam a Luz e fecham a Av. Tiradentes. **D.**, machucado, andando, olha para todos e diz: “A polícia militar só destrói, destrói... Não constrói nada, nada”. Todos fazem uma assembleia na rua e decidem ir para ocupação Deco, em Perdizes.

Alguns dias depois, foi aprovada a abertura da CPI da merenda.

**[interno]**  
**Cena 10**  
**16h Ocupação Deco**

Na manhã desse dia, Dilma foi afastada da presidência. Todos fazem uma grande faxina na escola, **L.** limpa com **M.** o pátio. Os meninos limpam o banheiro. Alguém avisa que chegaram muitas doações de comida. **G.** passa chamando todos para uma assembleia. Uma menina diz: “Já são diversas escolas ocupadas, nós agora somos sujeitos na escola”. Eles pedem para a fotógrafa que está acompanhando sair e esperar lá fora para não ouvir a assembleia que só termina depois de horas. **G.** chama a jornalista. Ela pergunta: “Quem é o líder?”. “Aqui não tem líder”, ele diz. Chegam dois músicos que moram na mesma rua, propondo tocar para os secundaristas. Todos fazem uma grande roda e **K.** começa a improvisar um rap:

“Esquece o âmbito do direito  
Por quê? Porque esse país  
já não tem mais jeito  
Mas calma,  
Calma que eu sou  
bem mais realista  
Claro que tem jeito  
Porque a esperança  
é o secundarista.  
É foda, eles não  
conseguem fazer igual  
Aqui não tem poder e  
nossa luta é horizontal”.

Uma turma se separa e faz outra roda para tingir o cabelo de rosa e azul. “Miga, de que cor eu pinto meu cabelo?”

**[externo/interno]**

Secundaristas detidos na 23ª DP em São Paulo (maio 2016).

Foto: MKP

**Cena 11**  
**6h15 Ocupação Deco - Conversa com P. sobre a invasão da polícia**

Primeiro dia do Governo Temer com Alexandre Moraes como ministro da Justiça. **P.** acorda para ir para a escola. Os policiais entraram na escola por trás, sem mandato. “Nós fizemos uma barricada”, disse **P.** E então gritaram: “Queremos diálogo”. E eles disseram: “Não tem diálogo”. Eles olharam e gritaram: “Sua puta, vadia, negrinha”. Eles entraram, puxaram cabelo, derrubaram uma menina, seguraram seu pescoço. Tentaram ver o nome do policial e não tinha.

Os policiais pegaram primeiro as meninas. “Entra, sua negrinha do caralho.” Entraram no ônibus e começaram a gritar palavras de ordem da luta. “Se vocês não ficarem quietas, vocês vão ver.” Eles pararam em uma rua vazia e disseram: “Descem as meninas primeiro porque o bonde do estuprador tá chegando”.

**[interno]**

Ocupação Deco

Foto: MKP

**Cena 12**  
**11h 23ª DP**

**M.** e **L.**, apreendidas, dormem no chão abraçadas no meio do estacionamento da DP.

**[interno/externo]**  
**Cena 13**  
**14h 23ª DP**

Secundaristas resolvem brincar de polícia e ladrão na frente da PM. “Quem é PM? EU! Quem é secunda? Eu! Eu! Eu!” “Eu faço um jornalista livre!” Fazem uma cena de prisão na frente de todos e riem, e caem no chão encenando um espancamento. **K.** grita: “Pessoal, vamos parar que pode ser desacato e precisamos sair”.

Os maiores de idade ainda estão lá dentro. **J.**, que é maior de idade, está em um canto da delegacia sendo vigiado pelos policiais. Nas mãos um livro de poesia do Fernando Pessoa.

**[externo]**

**Cena 14**  
**16h Metrô Barra Funda**

Os secundaristas soltos saem juntos pelas ruas de Perdizes, pegam o metrô para ir na assembleia na Casa do Povo. “Onde é essa Casa?” “É no Bom Retiro.” No vagão, gritam: “Ei trabalhador, essa luta também é de vocês”. Chegam na assembleia e são aplaudidos. **J.**, que começou na luta em junho de 2013, senta finalmente e diz para o amigo que está preocupado mesmo com a avó, que tem hipertensão e, que se souber que ele foi preso, pode passar mal.

**[externo]**

**Cena 15**  
**17h Ato na praça do Ciclista em apoio aos secundaristas presos**

**M.** diz para a câmera: “Hoje acordei às 6h sendo levada pelos PM, fomos ameaçadas de estupro, ficamos cinco horas na DP, fomos na assembleia, estamos agora no ato e eu vou cantar, dançar e sorrir porque a minha liberdade interior eles não vão tirar”. Chega **A.** com o trompete e a Fanfarrinha do Mal e começa a tocar no ato com 4 mil pessoas. Uma menina que está conduzindo a manifestação grita: “E se a merenda não voltar? A cidade vai parar! Ei pô, não vou deixar o Geraldo levar a minha merenda não!”. **G.**, na esquina da rua Consolação com a Fernando Albuquerque, para a rua e não deixa nenhum carro passar. **M.** para na frente do Choque, olha para eles e diz: “O que será que eles pensam, como conseguem dormir?”.



Manifestação contra as prisões ocorridas após a expulsão sem mandato da Ocupação Deco

Foto: MKP

## RESISTÊNCIAS

### Ocupação Escola Maria José (Mazé) Dezembro de 2015

[interno, entrada da escola]  
Cena 1  
18h

A cozinha da escola está com um movimento pouco habitual. O coletivo Disco Xepa, composto por mulheres que vão à feira recolher as sobras de alimentos para cozinhar, estão preparando um banquete público junto aos alunos e às pessoas da vizinhança chamadas para auxiliar.

[interno, escola]  
Cena 2  
18h15

L. mostra um pouco da escola. Todas as crianças e adolescentes estão em um salão interno, ao lado do refeitório, conversando e organizando atividades para os próximos dias.

[interno, cozinha]  
Cena 3  
19h

Na cozinha, os alunos mostram, não sem tristeza, o estoque de alimentos que existe na escola: tudo enlatado, bolachas e sucos em pó. Comida de péssima qualidade, dizem eles, enquanto olham para a diversidade de vegetais, legumes, frutas e cores da cozinha feita pela rapa da xepa.

[externo, portão]  
Cena 4  
20h15

Um saco enorme de jiló deixado de lado, ninguém quer cozinhar: “crianças não gostam disso!”, diz alguém na cozinha. Uma receita de jiló marinado no limão com muita cebola e coentro chama atenção, embora todas sigam desconfiadas. O banquete está pronto, todos os alunos ajudam ou a cozinhar, ou a pôr a mesa – ou depois, a lavar os pratos. A comida é um sucesso: “Eu nunca soube que jiló era tão bom, tinham me dito que jiló era ruim”.

Corta

[externo, portão e rua]  
Cena 5  
21h

Estudantes e professores em greve haviam sido agredidos ao longo da semana anterior. Todos levam um pequeno susto ao ouvir a movimentação fora dos portões. Momentos depois, alguém avisa: “são os ciclistas, que vieram trazer comida”. Cantando “o estudante é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo”, entre outras músicas, juntam-se mais de cem ciclistas, e a eles, senhoras do bairro cantando na janela. A cena dura quase dez minutos.

Êxtase.

Uma senhora do bairro pede a receita do jiló. Após anotar, comenta: “a escola tinha que ser assim todo dia, né?”.

### Ato contra extinção do MINC, Teatro Oficina, com Marilena Chauí e Zé Celso Maio de 2016

[interno]

O ato se inicia evocando Mario de Andrade que criou o primeiro departamento de cultura.

Secundaristas da Etec de Artes fazem uma cena se espalhando por todo o Teatro Oficina. Na cena eles viram bonecos manipulados até decidirem voltar à vida e ganhar autonomia.

Chauí termina com La Boétie e diz que essa fala é para os secundaristas

“A recusa da servidão voluntária. Eu quero encerrar lembrando que isso que quero dizer é sobretudo para os secundaristas. Um jovem de 18 anos, que morava na França no século XVI, escreveu um texto que atravessou os séculos – *O Discurso Sobre Servidão Voluntária*: ‘o que pode explicar que uma cidade inteira, um país inteiro se curve e se submetam a um tirano? Afinal, o tirano é um homem como qualquer outro. Ele tem dois olhos, dois ouvidos, uma boca. De onde ele tira os mil olhos para nos vigiar? De onde ele tira os mil ouvidos com que ele nos espiona? De de onde ele tira as mil mãos com que ele nos esgana, de onde ele tira os mil pés com os quais que ele nos pisoteia e nos mata?’. Responde o La Boétie: ‘Mas somos nós que damos para ele, somos nós que demos para ele mil olhos, somos nós que demos para ele mil ouvidos, somos nós que demos para ele mil mãos e mil pés. Para combater o tirano não é preciso lutar diretamente contra ele, basta que a gente não dê para ele aquilo que ele precisa, que somos nós.’”

### Antes

#### Praça da Sé, Ato Contra a Redução da Maioridade Penal, meados de 2015

[externo, multidão parada]  
Cena 1  
18h30

Formato tradicional de palco e plateia, pessoas pensando em ir embora. Rostos conhecidos, conversas um tanto dispersas, e milhares de pessoas ouvindo discursos contra a redução da maioridade penal, preparando-se para começar a caminhar.

[externo, multidão em movimento]  
Cena 2  
19h45

O ato sai. Uma vez em movimento, a manifestação ganha uma força inesperada, e todos se entreolham espantados com a toada que a coisa toma: muitas bandeiras pretas e vermelhas se agitando, batuques, metais e palavras de ordem: “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”.

[externo]  
Cena 3  
20h40

A potência da multidão em movimento dificultava ver que a maior parte dos que estavam ali, protestando, eram crianças e adolescentes, muitos da periferia de São Paulo.

Corta

### Agora

#### Ocupação da FUNARTE, Maio 2016: ativistas, artistas, estudantes, coletivos teatrais

[Entrada da Funarte]  
Cena 1  
11h

Um cortejo ocupa a Funarte contra o governo ilegítimo representado por Michel Temer.

Dois dias depois de serem presos, G. e outros secundaristas vão até lá ajudar na segurança e táticas de ocupação. Um deles pergunta: “o que é a Funarte?”.



Jogral no vão do MASP para decidir o trajeto da manifestação.  
Foto: MKP

#### Carnaval. Posto de gasolina. Fevereiro 2015

[externo, chuva]  
Cena 1  
15h

Bloco de carnaval de rua, esquina do centro de São Paulo, chuva torrencial. Enquanto as pessoas buscam abrigo embaixo do posto de gasolina, a festa segue, com rodas de samba e de beijos.

[externo, chuva]  
Cena 2  
15h45

Chegada da polícia. Sem conversa, nem pedidos para sair do posto. Solta bombas de gás e efeito moral, todos saem correndo, para a chuva, e entoam os mesmos gritos de junho de 2013 contra a polícia.

### Epílogo

MTST ocupa a rua do presidente interino Michel Temer. Chegam 30 mil pessoas gritando “ocupar e resistir”. Muitas mulheres fazem um cordão de segurança na frente dos policiais que fecham a praça onde está localizada a casa de Temer.

“Não vamos arredar o pé do Alto de Pinheiros!”

Uma senhora de 52 anos, acompanhada pela sua filha, grita para a PM: “vai abandonar a farda!”. Uma mulher negra canta: “levanta povo, o cativo acabou!”.

No dia seguinte:  
Rua da Abolição, Bela Vista.

L. se prepara para a assembleia na Casa do Povo, pega seu diário de luta, mochila e vai a pé pensando no próximo ato daqui a dois dias. Ela diz: “o que fazer agora?”.

Fábio Zuker, é antropólogo e pesquisador.

Martha Kiss Perrone, atriz e diretora de teatro. Dirigiu, com Joana Levi, o espetáculo *Rôzã*, a partir das cartas de Rosa Luxemburgo. Trabalhou nos filmes *Elena e Olmo* e *a Gaiota* de Petra Costa. Nos últimos meses, vem filmando e acompanhando o cotidiano dos secundaristas em luta.



Mulheres secundaristas se abraçam após expulsão violenta da tropa de choque no Centro Paula Souza.  
Foto: MKP



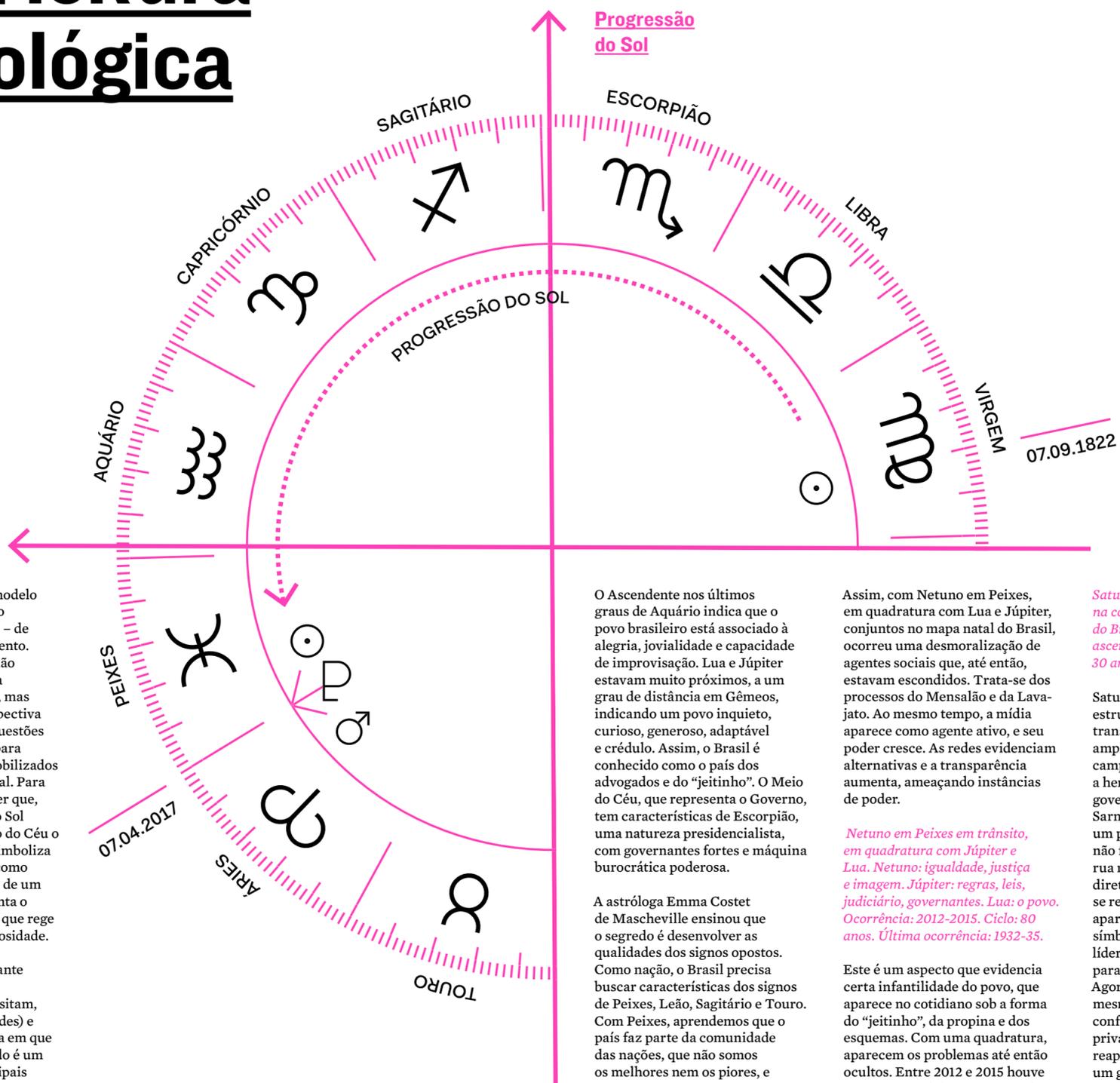
HORÓSCOPO

# Sobre as questões estruturais e do Brasil:

por **Maria da Graça Medeiros e Rachel Aisengart Menezes**

Gráficos por **Marina Vianna**

## Uma leitura astrológica



Mapa astrológico é um modelo simbólico que reproduz o momento do nascimento – de uma pessoa, nação ou evento. Neste texto, a proposta não é uma leitura do mapa da Independência do Brasil, mas uma reflexão, sob a perspectiva astrológica, acerca das questões estruturais de um país, para chegar aos elementos mobilizados no momento político atual. Para tanto, é preciso esclarecer que, no mapa de uma nação, o Sol representa o país; o Meio do Céu o governo; o Ascendente simboliza a manifestação do país, como também a personalidade de um indivíduo; a Lua representa o povo; Júpiter é o planeta que rege a justiça, as leis e a religiosidade.

Em Astrologia, é importante observar quais planetas (associados a mitos) transitam, em que signo (as qualidades) e em qual momento. A casa em que o planeta está posicionado é um dado relevante. As principais questões estruturais do mapa do Brasil, calculadas pela data de sua independência, 7 de setembro de 1822, em São Paulo, são indicadas a seguir. Ao cair da tarde, o Sol estava em Virgem, aproximando-se do poente, o que indica muita autocrítica por parte de seu povo e, ao mesmo tempo, com valorização de outros países, sobretudo dos colonizadores; significa, também, um condicionamento antigo, associado à ideia de celeiro do mundo, que proporciona alimentos aos outros. Como a crítica se volta aos outros, o problema passa a ser situado fora – no governo –, como se o povo não fosse responsável por sua eleição.

O Ascendente nos últimos graus de Aquário indica que o povo brasileiro está associado à alegria, jovialidade e capacidade de improvisação. Lua e Júpiter estavam muito próximos, a um grau de distância em Gêmeos, indicando um povo inquieto, curioso, generoso, adaptável e crédulo. Assim, o Brasil é conhecido como o país dos advogados e do “jeitinho”. O Meio do Céu, que representa o Governo, tem características de Escorpião, uma natureza presidencialista, com governantes fortes e máquina burocrática poderosa.

A astróloga Emma Costet de Mascheville ensinou que o segredo é desenvolver as qualidades dos signos opostos. Como nação, o Brasil precisa buscar características dos signos de Peixes, Leão, Sagitário e Touro. Com Peixes, aprendemos que o país faz parte da comunidade das nações, que não somos os melhores nem os piores, e com Leão, a organização e o planejamento.

Após esta breve introdução, o momento atual é apresentado a partir da indagação: quais as dificuldades a enfrentar? As questões estruturais do país são as duas quadraturas (Urano em conjunção com Netuno, em quadratura com Plutão – o que indica falta de planejamento e organização; e Júpiter em conjunção com Lua, em quadratura com Sol, falta de capacidade de avaliar seu próprio valor e o do outro) e, quando são ativadas pelos trânsitos astrológicos, emergem os problemas que precisam ser resolvidos.

Assim, com Netuno em Peixes, em quadratura com Lua e Júpiter, conjuntos no mapa natal do Brasil, ocorreu uma desmoralização de agentes sociais que, até então, estavam escondidos. Trata-se dos processos do Mensalão e da Lava-jato. Ao mesmo tempo, a mídia aparece como agente ativo, e seu poder cresce. As redes evidenciam alternativas e a transparência aumenta, ameaçando instâncias de poder.

*Netuno em Peixes em trânsito, em quadratura com Júpiter e Lua. Netuno: igualdade, justiça e imagem. Júpiter: regras, leis, judiciário, governantes. Lua: o povo. Ocorrência: 2012-2015. Ciclo: 80 anos. Última ocorrência: 1932-35.*

Este é um aspecto que evidencia certa infantilidade do povo, que aparece no cotidiano sob a forma do “jeitinho”, da propina e dos esquemas. Com uma quadratura, aparecem os problemas até então ocultos. Entre 2012 e 2015 houve um processo doloroso, que pode ser ilustrado pela imagem de um esgoto que transborda, inunda o ambiente, que apodrece.

Júpiter é o planeta associado à justiça, às leis, normas, regras e, também, aos governantes e fiscais. Ao longo do tempo, surgiu forte sentimento de indignação e insatisfação popular. Em contexto de quadratura de Netuno, a situação financeira piora, fortalecendo o incômodo. Como esta sensação aparece? Netuno também é a imagem. Portanto, este processo está vinculado a uma orquestração midiática intencional e socialmente irresponsável.

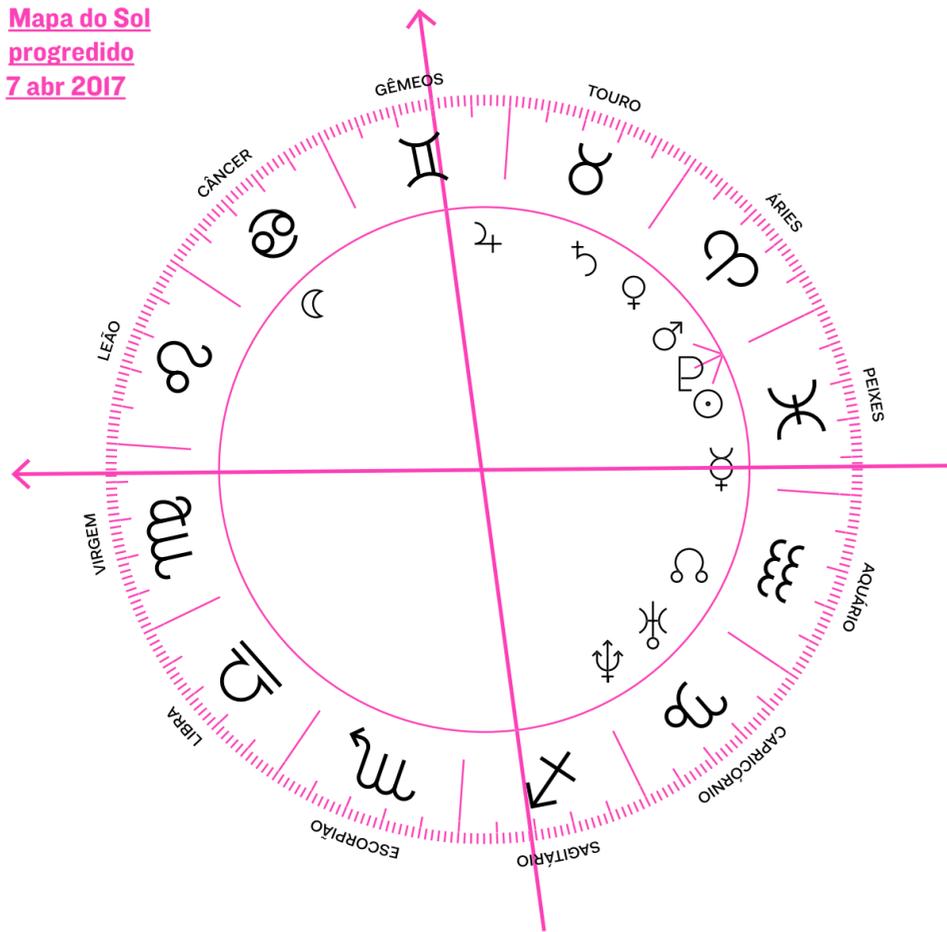
*Saturno transitando por Escorpião, na conjunção do Meio do Céu do Brasil, em quadratura do ascendente. Ocorrência: 2015. Ciclo: 30 anos. Última ocorrência: 1985.*

Saturno simboliza as estruturas e as tentativas de transformação. Em 1985, houve ampla mobilização social, nas campanhas das Diretas. Contudo, a herança desse processo foi um governo com a presença de José Sarney. Houve uma ruptura de um padrão antigo, mas o povo não foi vencedor. Quem foi para rua não conseguiu eleições diretas. As mesmas estruturas se refugiaram em uma mudança aparente. Sarney representa um símbolo: governador indireto, líder do Arena e no “acordão” para as indiretas foi para o MDB. Agora, 30 anos depois, essas mesmas forças antigas, que confundiam interesses públicos e privados corrompendo políticos, reaparecem, buscando derrubar um governo eleito.

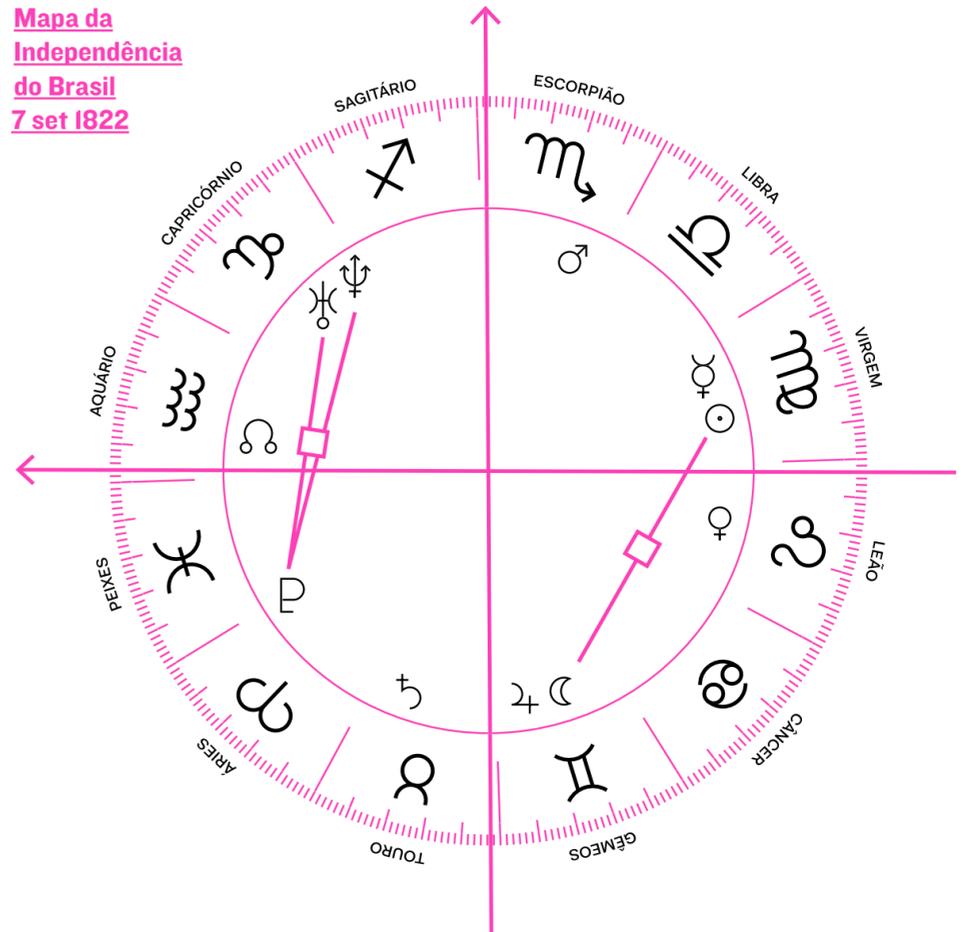
Esses dois aspectos em conjunto – um ciclo de 30 anos sobreposto a um de 80 anos – se apresentam, com o uso de um instrumento da Constituição, sem o fato necessário para legitimar um impeachment. Trata-se de uma farsa: Netuno em quadratura com Júpiter e Lua é uma farsa jurídica. A imagem é veiculada como falácia, expressa em manchetes de jornais. Antes da democracia está o marketing, com estratégias de criação de falsas imagens, gerando uma atmosfera generalizada de insatisfação.

## HORÓSCOPO

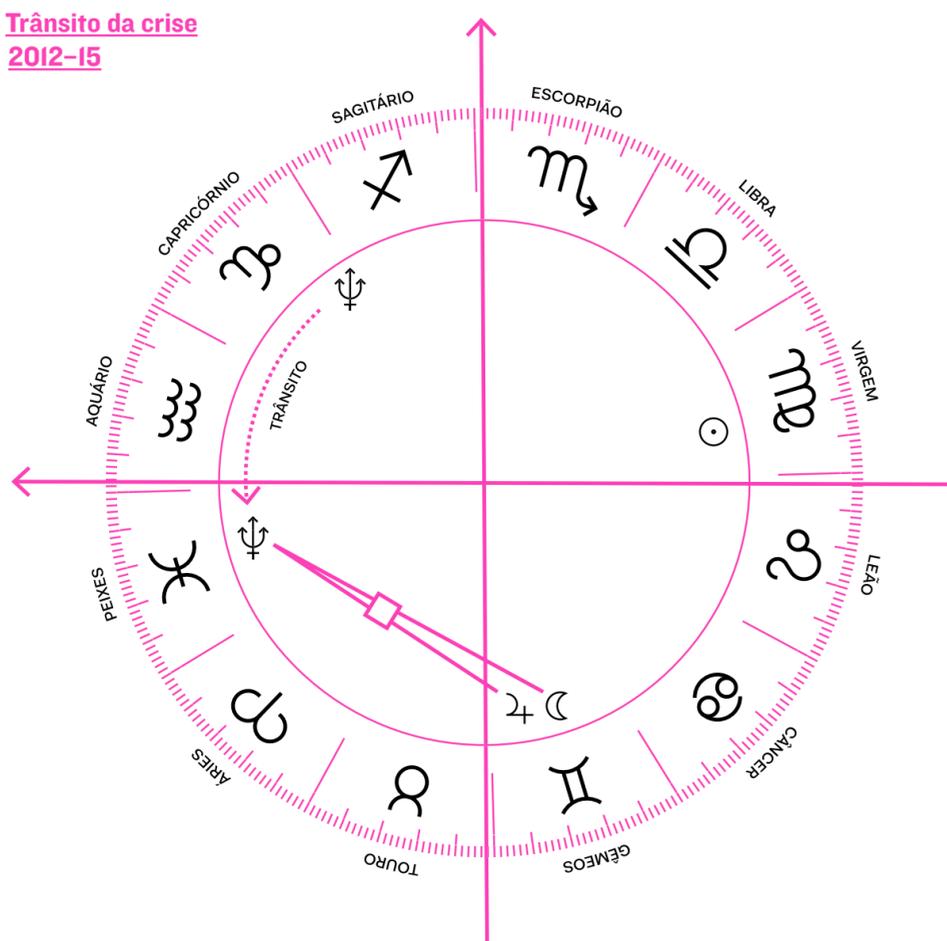
### Mapa do Sol progredido 7 abr 2017



### Mapa da Independência do Brasil 7 set 1822



### Trânsito da crise 2012-15



Ciclos maiores também afetam o país:

*Plutão em trânsito em Capricórnio, em quadratura com Urano. Última ocorrência: 1930-36.*

Em 2008, Plutão entra em Capricórnio – o ciclo deste planeta é de 240 anos. Plutão rege o poder, o sexo e o dinheiro. Mais do que a economia, simboliza o valor da moeda, em um contexto em que o capitalismo é da ordem de uma engenharia abstrata. Em Capricórnio, as contas devem fechar.

Em 2010, Urano, planeta que traz a liberdade, a independência e a renovação, entrou em Áries. O ingresso em Áries sempre indica o início de um novo ciclo. A órbita de Urano é de 80 anos, portanto menor que a de Plutão. Em 2012 ocorreu uma quadratura de Urano com Plutão, que deflagrou tensões entre controle, poder e liberdade. Com esta quadratura é possível observar que o processo de libertação utiliza uma tecnologia nova para desestabilizar governos. Esta quadratura também representa aumento do desemprego, solo fértil para o surgimento de demagogos, “salvadores da pátria”.

No Brasil, esse processo aconteceu pela última vez entre 1930 e 1936, correspondendo às ondas conservadoras e fascistas e, ainda, às primeiras pesquisas para a criação da televisão. Agora, entre 2012 e 2015, os acontecimentos são acompanhados em tempo real, com tecnologias novas, acessíveis e, ainda assim, manipuláveis. Isso aconteceu em diversos momentos, como por exemplo Urano em quadratura com Plutão provoca tendências eruptivas: a queda do governo no Egito, na Ucrânia, na Líbia e na Síria. Com as possibilidades tecnológicas existentes, é possível uma massificação de mídias controladas por oligarquias, operando em prol da desorganização de poderes. Observa-se uma tendência à direita em todo mundo.

O Brasil não tem 200 anos de independência, é um país jovem, e uma democracia mais jovem ainda. Por progressão, em abril de 2017 o Sol chega pela primeira vez em conjunção com Plutão, o que significa uma oportunidade de reorganizar o poder. O Sol em Virgem no mapa natal do Brasil, por progressão, está no último grau de Peixes, indicando o fim de um ciclo. A chegada ao grau zero de Áries em 7 de abril de 2017 constitui um novo início, quando os poderes judiciário e político devem ser reorganizados. Sol, Plutão e Marte estarão então juntos. O planeta Marte, além da guerra, é associado à conquista, o que pode significar o início de um novo momento, quando o Brasil pode recomeçar uma história democrática, com controle de suas riquezas. Apresenta-se a possibilidade de conquista de um lugar para o Brasil no mundo.

A última vez em que Urano passou por Áries, há 80 anos, Plutão estava em Câncer, representando as forças rurais, conservadoras e tradicionais. Agora, indica uma força do potencial e das riquezas do país – o território, os alimentos, as riquezas minerais. Para um novo início, representado pelo grau zero em Áries, é preciso destruir o velho. É, ao mesmo tempo, um fim e um início. Está relacionado à casa 11, à estrutura partidária. Nesse sentido, é preciso encontrar um caminho, para que o voto não seja um cheque em branco. A demanda é por uma reengenharia do Estado, pela reestruturação da engrenagem da máquina. Tal transformação deve ser efetuada de forma que implique em comprometimento do povo, em um modo de participação capaz de transformar uma postura “infantil” nacional, para o surgimento de uma força de atuação popular, pela garantia de seus direitos.

■ **Maria da Graça Medeiros** estudou Filosofia e jornalismo na UFRGS e atuou como produtora artística. Dedicou-se à Astrologia desde 1972 e, com exclusividade ao assunto, desde 1981.

**Rachel Aisengart Menezes** é médica, doutora em Saúde Coletiva, com pós-doutorado em Antropologia Social. Atualmente é professora adjunta do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ. Estuda Astrologia há mais de 30 anos.

**Marina Vianna** é pesquisadora de artes e desenhista.

## ESFORÇO COLETIVO

# Apoiadores da campanha Casa do Povo: Monumento Vivo

Em 2015 a Casa do Povo realizou uma campanha de financiamento coletivo através da plataforma Catarse. Com mais de 600 apoiadores foi possível arrecadar fundos para obras de impermeabilização da laje e do telhado.

Aproveitamos para registrar nosso muito obrigada a todos que apoiaram a campanha!

**A**  
Acauã Novais dos Santos  
Adriana Wilner  
Adriano de Campos  
Agatha Kim  
Agda Araujo Sardinha Pinto  
Airton Paschoa  
Alana Moraes  
Alberto Kleinas  
Alessandra Kalko  
Alexandre M Assis  
Alexandre Magno  
Aline Bonamin  
Aline Abreu  
Alzira Adissi Monaco  
Amanda Caiuby  
Amanda Dafeo  
Amanda Ortiz Lyra  
Ami Barak  
Amilcar Lucien Packer Yessouroun  
Ana Beatriz Elorza  
Ana Carolina Druwe  
Ana Carolina Evangelista  
Ana Carolina Momesso  
Ana Clara Tito  
Ana Cláudia Lima Holanda  
Ana Luiza Pinheiro da Fonseca  
Ana Paula Araújo de Lira  
Ana Paula Brito  
Ana Paula Leite de Camargo  
Ana Paula Wada Tomimori  
Anahid Ilian  
André De Martini  
Andre Degenszajn  
André Douek  
Andre Kobashi  
André Mermelstein  
Andre Stern  
André Vereta Nahoum  
Andrea Bisker  
Andrea Faria Saraiva  
Andressa Vianna  
Anita Simis  
Anna Degenszajn  
Anne Yuri Kano  
Annette Rozenberg  
Annick Kleizen  
Antonio Carlos Molina  
Antonio de Padua Fernandes Bueno  
Antonio Freitas  
Antonio Monteiro de Barros Sobral  
Ari e Nena Barlach (in memoriam)  
Armando Queiroz  
Arsinoé Wilche  
Arthur Hirsch  
Artur Henrique de Leos e Silva  
Audrey Bangou  
Augusto Hendricus Vossenaar Neto

**B**  
Baptiste Demay  
Beatriz Malamud  
Bel Falleiros  
Belisa Duarte Murta  
Belisa Monteiro  
Benjamin Seroussi  
Bianca Santana  
Bob Nogueira  
Bob Wolfenson  
Boutersky  
Brenda Coelho  
Bruna Amaro  
Bruna Nicolielo  
Bruno Felipe Romani Blanco  
Bruno Ishikawa  
Bruno Oliveira

**C**  
Cainã Bomilcar Mattos de Oliveira  
Caio César  
Camila Curado Pietrobelli  
Camila Hessel  
Camila L. de Britto  
Camila Zupo  
Camilo Prates  
Carla Zaccagnini  
Carlos Augusto de Camargo  
Carlos Frydman  
Carlos Pereira  
Carlos Seabra  
Carlos Vianna  
Carmen Cardoso Garcia  
Carolina Aboarrage  
Carolina Coelho Brandão  
Carolina Garcez  
Carolina Ghidetti Costa  
Carolina Mendonça  
Carolina Sinhorelli de Oliveira  
Grupo de Estudos Pesquisa em História das Exposições  
Casa Menorah  
Casadalapa  
Cássio Schubsky (in memoriam)  
Catarina Duncan  
Cauê Dietrich  
Cecilia Starobinas  
Cecilia Syma Judkowitz  
Célia Cymbalista  
Chana Rosenberg  
Charles Esche  
Charles Kirschbaum  
Chico Daviña  
Chico Zelesnikar  
Christine Parmezani Munhoz  
Christophe Buffet  
Cintia Moreira Goncalves  
Ciro Biderman  
Ciro Kirchenchtejn  
Ciro Palmeira

Claire Rigby  
Clarice Borian  
Clarice Lima  
Clarissa Sacchelli  
Clarissa Ximenes  
Claudia Afonso de Oliveira Araujo  
Cláudia Lorenzi Iorio  
Claudia Medeiros  
Claudia Paula Leite Bicudo  
Claudia Vieira Garcia  
Clélia e Gabriel Bolaffi (in memoriam)  
Companhia Flutuante  
Comunicação Não Violenta  
Cris Bierrenbach  
Cristian Duarte  
Cristiane Eloisa Bertoluci  
Cristiane Mesquita  
Cristina Azevedo  
Cristina Botelho  
Cristina Fino  
Cristina Meneguello  
Cybelle N. de Lima

**D**  
Daniel Broggi Ciardullo  
Daniel Chueke Jablonski  
Daniel Douek  
Daniel Fagundes Pereira de Queiroz  
Daniel Golovaty Cursino  
Daniel Grizante de Andrade  
Daniel Lie  
Daniel Marcondes de Carvalho Pereira  
Daniel Nogueira de Lima  
Daniel Raichelis Degenszajn  
Daniel Salum  
Daniel Tonacci  
Daniela Silva  
Danielle Yukari  
David Kassow  
David Rueff  
Debora Olivieri  
Debora Sotto  
Deborah Rosenfeld  
Decio Gurfinkel  
Delal Isci  
Denise Bergier Cardoso  
Denise Grinspum  
Derrico Dora  
Diego Penna  
Ding Musa  
Diogo de Moraes  
Diogo Lucato  
Duane Bahia Benatti  
Duarte Espindola

**E**  
Eder Paulo Oliveira  
Ederon Borges Marques  
Edgar Pellizzon  
Edições Tijuana  
Edith Derdyk  
Edith Silberstein  
Edouard Jean Guillaume de Fraipont  
Eduardo Chalabi  
Eduardo Costa  
Eduardo Fukushima Kuoiwa  
Eduardo Staszowski  
Eduardo Sterzi  
Eduardo Szaniecki  
Eladia Martín Sánchez  
Elaine Gurovitz  
Elcio Figueiredo  
Élcio Miazaki  
Elena Grosbaum  
Eliane Okret Diamant  
Elisa Grinspum  
Elisabete Barlach  
Elody Chleba  
Emil Lewinger  
Eny Vereta Nahoum  
Erasmo Luiz Leopércio Lima  
Erica Regina Ferrari  
Esmir de Oliveira Filho  
Ester Campos Mello de Andrade  
Esther Angra Leite Sanfelice da Cunha  
Esther Grinspum  
Esther I Hamburger  
Esther Regina Neistein  
Estudio Zut  
Eugenio Vicari Neto  
Eveline Alperowitch

**F**  
Fabiana Boiman  
Fabio Altman  
Fabio Franco  
Fabio K Andrade  
Fábio Prata  
Fabio Sperleng  
Fabio Weintraub  
Fabio Zuker  
Facundo G Rivero  
Família Perelmutter  
Fania Fridman  
Fanny Gurman Biderman  
Felipe da Costa Castellari  
Felipe de Paula Oliva  
Felipe Gustavo Mateos Silva  
Felipe Gutierrez  
Felippe Santos  
Fernanda Braz Tobias de Aguiar  
Fernanda Brenner  
Fernanda Caloi  
Fernanda Carvalho de Albuquerque  
Fernanda Viana  
Fernando Belfiore  
Fernando Figueiredo Mello  
Flávia de Freitas Moreira  
Flavia Gleich

Flavia Henlor Yue  
Flavia Lorenzi de Azevedo  
Flávia Nalon  
Flavio F Moreira  
Flavio Marcondes de Sousa  
Francisco Lima Dal Col  
François-Ghislain Morillion  
Fraya Frehse  
Frederico Costa

**G**  
G>E  
Gabirante Souza  
Gabriel Dib Tebechrani Neto  
Gabriel Douek  
Gabriela Cherubini  
Gabriela Favre  
Gabriela Leal  
Gabriela Leirias  
Gabriela Pilnik  
Gabriela Vanzetta Pereira da Silva  
Galerie 1900-2000  
Geni Schkolnick  
Germano Dushá  
Gerson Froiman  
Gian Marco de Freitas Spina  
Gil Kehl  
Gisela Lichand  
Gisela Wajskop  
Gisele Kolber Hamadani  
Graziela Kunsch  
Guilherme Maia Mendes  
Guilherme Mohallem  
Gustavo Colombini  
Gustavo Saulle  
Gustavo Vaz  
Gut Simon

**H**  
Helena de Almeida Ramos  
Helena Wen  
Helmut Batista  
Hena Lee  
Henrique Botelho Prota  
Henrique Goldbaum (in memoriam)  
Henrique Lukas Mendonça  
Henrique Palazzo  
Hilton Barlach  
Horacio Frydman  
Horacio Sendacz  
Hugier Sendacz  
Hugo Umberto Carmesim

**I**  
Iara Biderman  
Iara Freiberg  
Iara Rolnik Xavier  
Icaro Ferraz Vidal Junior  
Ícaro Lira  
Ida Feldman  
Igor Bastos Crivellaro  
Ilan Szklo  
Ilana Feldman  
Ilana Szyller  
Irineu Moreira Fernandes  
Isa Grinspum ferraz  
Isabel Borges Santos  
Isabella Guimaraes Rezende  
Isabella Rjeille  
Isabelle Pragier  
Isadora Brant  
Iso Sendacz  
Itacira Suzue Ossiama  
Ivo Minkovicius  
Ivone Alves de Araujo

**J**  
Jacques Griffel  
Jaime Israel Suckeveris  
Jairo Degenszajn  
Jairo Okret  
Jamile Luppi  
Jana Koosah  
Janaina Wagner  
Janice Chencinski  
Jean Michel Torres  
Jefferson Skorupski  
Jihana Nassif  
Joana Levi  
Joana Tuttoilmondo  
Joanna J Barros  
João Dias Turchi  
João Maldos  
João Victor Lavieri Pereira  
Joaquim Pedro Farne d'Amoedo Martins  
dos Santos  
John Neschling  
Jonas Attia  
Jonathas de Andrade  
Joon Ho Kim  
Jorge Tung  
José Cavalhero Simon Junior  
José Eduardo Baravelli  
José Marcos Thalenberg  
José Pedro Silva Costa Filho  
Joyce Copstein e Uri Lam  
Julia Bac  
Julia Bock  
Julia Coelho  
Julia Gomes  
Júlia Souza Ayerbe  
Juliana Blau  
Juliana Fernandes Pinto  
Juliana Monachesi  
Juliano Lorenzino  
Julien Seroussi  
Julio Casoy  
Julio de Paula  
Jung Yun Chi

**K-L**  
Kahn Sribet Alain  
Karlla Giroto  
Kuk Jae Shin

**L**  
LABÓ (Laboratório de Serviços Fotográficos)  
Laerte Goldbach  
Laila Szafran  
Lara C Casares Rivetti  
Lari Molina  
Laura Artigas  
Laura Rodriguez  
Laura Wrona  
Leandro Berton  
Leão Serva  
Leda Baptista Pasta  
Leka Mendes  
Lenina Pomeranz  
Leo Yu Marins  
Leonardo Matsuei Araki Normande  
Leonardo Pinto Silva  
Leticia Artuso  
Leticia Lourenzato  
Leticia Morse  
Lia Barauna  
Lia Déborah Sztulman  
Lilian Lie  
Lilian Schafirovits Morillo  
Lilian Starobinas  
Liora Zucker  
Livia Benedetti Santos  
Lorena Andrea Garcia Pereira Vicini  
Lote Osso  
Lua Tatit  
Luana Geiger  
Luana Paula Minari  
Lucas Madeira  
Lucas Oliveira  
Lucas Rampazzo  
Lucia Chermont  
Lúcia Maria Lorenzi  
Luciana Capuani Masini  
Luciana Monaco Raposo  
Luciana Rizzo  
Luciano Ramos Mendes  
Luciano Valério  
Lucila Evangelista  
Luigi Galimberti  
Luis Ferla  
Luís Martins Villaça  
Luís Otávio Ribeiro  
Luiza Minc  
Luna Grimberg  
Luzor Haim Goldbaum (In memoriam)

**M**  
Maira Dietrich  
Maira Imenes Ishida  
Maira Magalhaes Lopes  
Maite Claveau  
Manuela Colombo  
Marcel Beer Kremmitzer  
Marcelo Cipis  
Marcelo Jorge de Moraes  
Marcelo Lee  
Marcelo Semer  
Marcelo Starobinas  
Marcelo Weingarten  
Marcia Daskal  
Márcia Leiner  
Marcio Penna  
Márcio Pereira  
Marcio Shimabukuro  
Marcio Veronese Alves  
Marco Donini  
Marcos Chor Maio  
Maria Amália Corá Coccia  
Maria Candida Junqueira Zacharias  
Maria Carolina Accioly  
Maria Cecilia Winter  
Maria Helena Cavalheiro  
Maria Laura Azevedo Daviña  
Maria Luiza Costa Nery  
Maria Paula Vignola Zurawski  
Maria Quiroga  
Maria Rita Carelli  
Maria Stein de Arruda Botelho  
Maria Valéria Bethonico  
Marian Macedo  
Mariana Campanelli Marçal Vieira  
Mariana Lorenzi de Azevedo  
Mariana Moura  
Mariana Teixeira  
Mariana Zarpellon  
Mariane de Biazzi Goldberg  
Marie Naudascher  
Marilena Fajersztajn  
Marília Campos Oliveira e Telles  
Marília Gabriela Gonçalves  
Marília Loureiro  
Marília Mairesse Mallmann  
Marina Almeida  
Marina Castelo Zilbersztejn  
Marina Feffer  
Marina Fernandes  
Marina Rodrigues Grinspum  
Marina Sendacz  
Marinho Velloso  
Mario Nusbaum  
Maristela Fantin  
Marta Maria do Amaral Azevedo  
Marta Ramos  
Martha Kiss Perrone  
Mauricio Biderman  
Mauricio Diamant  
Mauricio Ianês  
Mauricio Jorge  
Mauricio Serebrinic

Mauro Finatti  
Mauro Goldbaum  
Mauro Malin  
Max Hinderer Jorge  
Melina Adissi Sternberg  
Mercedes Lajner  
Michel Gherman  
Michel Zlotowski  
Michelle Costa Gonçalves  
Miguel Natalio Abadi  
Mila Zacharias  
Miriam Biderman  
Miriam Calmanovitz  
Mirna Rolim Oliveira  
Moises Trovó  
Monica Fagundes Klein Gunnewiek  
Mônica Nador  
Monica Novaes Esmanhotto  
Moshen  
Mulheres Barbadas  
Muriel Pragier

**N**  
Nadezhda Afanasieff Mendes da Rocha  
Nádia Gebara  
Nancy Starobinas  
Natalia Joelsas Timerman  
Natália Teixeira de Mendonça  
Natalie Seroussi  
Nelson Kon  
Nilton Gurman  
Noemi Jaffe  
Norma Stiefelmann  
Norton Ficarelli

**O-P**  
Ocupacidade  
Oto Batista & Capacete  
Pablo Ortellado  
Pamela Bassi  
Patricia Arabe  
Patricia Cristina Rodrigues de Oliveira  
Patricia Ruhman  
Patricia Suescun  
Paula Bartorelli  
Paula Chieffi  
Paula Grinover  
Paula Janovitch  
Paula Rodrigues de Andrade  
Paula Tinoco  
Paula Zemel  
Paulo André Chagas  
Paulo Blank  
Paulo Rapoport Popó  
Pedro Cobbett Stael Markun  
Pedro Cupertino  
Pedro de Niemeyer Cesarino  
Pedro Gabriel Amaral Costa  
Pedro Goldenstein  
Pedro Paulino  
Pedro Paulo Basilio de Souza  
Peter Pal Pelbart  
Pesquisa em História das Exposições  
Pinto Aurelie  
Pivô Arte e Pesquisa  
Plinio Calil  
Priscila de Azevedo Maia  
Priscila Gonsales

**R**  
Rachel C. Alvim  
Rachel Degenszajn  
Radio Lixo  
Rafaela Pires  
Raphaella Bez Chleba Melsohn  
Raquel Blaque  
Raquel Diaz Degenszajn  
Raquel Garbelotti  
Raquel Plut Fernandes  
Raul Cheurfa  
Rebeca Chiarini Alcântara  
Regiane Ishii  
Renan Lucas Lucio de Araujo  
Renan Serrano  
Renata Assumpção  
Renato Bolelli Rebouças  
Renato Corch  
Renato Cymbalista  
Resumo Fotográfico  
Ricardo Devezc  
Ricardo Martins Rizzo  
Rita Luciana Berti Bredariolli  
Rita Natálio  
Roberta Cibin  
Roberta Sunfeld  
Roberto Audio  
Roberto Hirsch  
Roberto Kirschbaum  
Roberto Regensteiner  
Roberto Somlo  
Roberto Taddei  
Roberto Tannenbaum  
Robson Fidelis Cardoso  
Robson Leandro Da Silva  
Rochele Toporowski  
Rodrigo Andreolli  
Rodrigo Luis Millan Valdes  
Rodrigo Siqueira  
Rogerio Zingerevitz Cukierman  
Romeu Mizuguchi  
Roney Cytrynowicz  
Roney Perez dois Santos  
Rosa W Gurfinkel  
Rosane Golubcic Langnor  
Rosara Frenk  
Rosemay Yin  
Rubens Kon  
Ruy Proença

**S**  
Salo Seibel  
Samuel Naum Neuman  
Sandra Kim  
Sandra Okzman  
Sandra Schkolnick  
Sara Giannini  
Sarah Feldman  
Sarah Yakhni  
Sebastião Oliveira Neto  
Selma Gurfinkel  
Selma Perez Flora  
Sergio de Arruda Sampaio  
Sérgio Siqueira da Cruz  
Sergio Tannenbaum  
Sergio Zilbersztejn  
Sheila Areas Coelho Reis  
Sheila Dryzun  
Shirley Goldflus  
Silvana Rubino  
Silvia Rosenbaum  
Silvia Ambrogio  
Silvia Glezer Zatz  
Silvia Serber  
Silvio Hotimsky  
Silvio Okzman  
Sima Halpern  
Simão Zygband  
Simon Seroussi  
Simone Levisky  
Simone Sayuri Takahashi Toji  
Sonia Guzzi  
Sonia Sobral  
Sophie Olive  
Stefanie Hessler  
Stela Goldenstein  
Steve Rubens  
Suely Starobinas Chusyd  
Susabi Itsuroi

**T**  
Tácio Ferraz  
Talita Capella  
Talita Trizoli  
Tamara Czeresnia  
Tania de Souza Rivitti  
Tânia Fukelmann Landau  
Tania P. Christopoulos  
Tathiana Yumi Kurita  
Tatiana Grecco  
Tatiana Matiello Cymbalista  
Tatiana Podlubny  
Tercio Redondo  
Teresa Berlinck  
Teresa Moura Neves  
Thais Beltrame  
Thelma Bonavita  
Thelma Nakae  
Thiago Carrapatoso  
Thiago Felipe Nobrega  
Tim Goossens  
Tom Silber Bergstein  
Tomas Fischer  
Tomás Prado  
Tomas Rosenfeld  
Toni Hermann  
Trendt

**U-V**  
Uraciramos Simões Ramos  
Vagner  
Vagner Camilo  
Valdirene Ferreira Gomes  
Valéria Lorenzi de Azevedo  
Valeria Piccoli  
Vanya Sant'Anna  
Veronica Gunther  
Veronica Stigger  
Vert  
Vicente Lourenço de Góes  
Victoria Alcoforado  
Vinicius Gabriel de Goes Jose  
Vinicius Nakamura  
Vinicius Sprigico  
Vitor George  
Vitor Gruber  
Vivi Costa  
Vivian Altman  
Vivian Accuri de Araujo  
Vladimir Belitsky

**W**  
Wagner Schwartz  
Waldyr Bitetti Filho  
Wans Spiess  
Will Lopes  
William Osorio  
Wilma Ruth Temin

**Y**  
Yasmin Porto  
Yudi Rafael

## VOZES DE NOSSA VOZ

# Luzer Goldbaum: da Polônia ao Bom Retiro

Este relato foi colhido por Luís Filipe Silvério Lima em 1997, e encontrado no arquivo da Casa do Povo. Para esta publicação, editamos alguns trechos desse depoimento.

Luzer Goldbaum faleceu em 2010, aos 97 anos.

O jovem Luzer Goldbaum

Foto: arquivo ICIB



## Primeiros anos na Polônia

Nasci em Lublin na Polônia, em 1913. Meu pai me deixou com 1 ano para lutar na Primeira Guerra Mundial defendendo a Rússia, que ocupava naquele tempo a Polônia. Aos 6 anos, depois do término da guerra, meu pai voltou para casa, ferido, mas continuou trabalhando como negociante, mantendo a família. Éramos sete crianças em casa.

Na Polônia, estudei nas escolas mantidas pela população, depois fui trabalhar e tive que estudar à noite na escola mantida pelo governo polonês para a juventude que trabalhava.

Frequentei organizações culturais da cidade de Lublin, e isso me ajudou a compreender a situação do país e do mundo. Existiam lá muitas organizações israelitas, como sionistas, poelsionistas, socialistas. Estas foram, para a nossa juventude, as universidades. A própria vida do povo serviu de escola. Eu militava no Poael Sion. Poael Sion é um termo hebraico para Partido Trabalhador Israelita. Mantinha contato também com líderes sionistas e socialistas do BUND, que era uma força poderosa em Lublin.

## A vinda para o Brasil

A vida econômica na Polônia estava ruim. Então procurei outro país com a intenção de organizar melhor minha vida, e trazer o restante de meus familiares. Mas, nos anos de 1936-37, houveram mudanças das leis imigratórias que não me permitiram chamar minha irmã, minha mãe e meus familiares para o Brasil. Ficaram lá, e morreram todos nos campos de concentração.

Vim com 22 anos, sozinho. Primeiro visitei Santos, onde havia uma forte comunidade israelita, depois fui para São Paulo. Nos dois primeiros meses morei na casa de parentes de minha esposa, na rua Prates. Ficava em uma vila comprida, cheia de sobradinhos. Quando me casei aluguei uma casa muito pequena, em uma confecção de um israelita na rua Ribeiro de Lima. Depois morei em vários lugares: na rua Mamoré, na Tenente Pena, na Júlio Conceição... Cheguei no Brasil em 1935, e desde então moro no Bom Retiro. São 62 anos no Bom Retiro, de 1935 até 1997.

## São Paulo e o Bom Retiro

A casinha que comprei na rua Tenente Pena, era um sobradinho. Quem construiu essas casinhas foi um ex-dono do jornal *O Estado de São Paulo*, um dos Mesquitas. Era um bloco de sobradinhos, em uma vila. Ficava perto da linha do trem, onde passa a estrada de ferro Santos-Jundiaí. O dia em que o trem não passou, eu não dormi.

Logo que cheguei, achei o Bom Retiro um bairro agradável, pois tinha uma vida ativa de trabalho, de cultura, além de ser perto do Centro. São Paulo era uma cidade muito bonita. No Centro havia aquele prédio, o Martinelli.

Nunca tive problemas de adaptação. Mantive contato com sociedades israelitas culturais onde se falava português e ídiche. Comecei trabalhando como alfaiate em uma fábrica de confecções. Mais ou menos em 1940, mudei de profissão - virei representante comercial. Então fui obrigado a perder muito tempo em vários bairros onde estava minha clientela.

Eu me liguei ao Centro Cultura e Progresso, que tinha sede na José Paulino, pois gostei do trabalho deles, e também por causa do ideal. Eles defendiam uma justiça social e por isso trabalhei muitos anos com eles.

## Segunda Guerra Mundial

Em 1939, estourou a Segunda Guerra Mundial. Tínhamos associações ligadas a um comitê russo que ajudavam diretamente a luta dos aliados na Europa. Existiam as organizações dos israelitas poloneses mandando alimentos e roupas para lá no tempo da guerra.

Obtínhamos informações pelos jornais diários. Recebíamos relatórios dos líderes das comunidades israelitas de vários países que visitaram o país mediante conferências organizadas pelas associações de contrerâneos da Polônia, da Lituânia e da Bessarábia.

No tempo de Vargas as organizações culturais estavam funcionando. Sentíamos um governo reacionário, mas havia uma vida cultural intensa. Eu não senti nenhuma dificuldade naquela época, apesar do regime autoritário. Quer dizer, Vargas demorou para tomar parte na Segunda Guerra Mundial, entrou só no final, mas as atividades israelitas continuaram. Alguns membros da comunidade que tomaram parte nas atividades do Partido Comunista, que era naquele tempo ilegal no país, sofreram prisões, foram obrigados a se exilar, foram deportados.

## A construção da Casa do Povo

Após o término da guerra, a coletividade israelita do Bom Retiro achou que deveria construir no país – em São Paulo, especialmente – organizações de cultura como as que foram destruídas pelo *moloch* nazista na Europa. Foram construídas várias sinagogas, escolas e casas de cultura no Bom Retiro.

Entre eles, de grande destaque, o Instituto Cultural Israelita Brasileiro – a Casa do Povo –, que foi erguido em memória aos 6 milhões de israelitas assassinados pelos nazistas na Europa. Foi um trabalho de grande valor não somente para a comunidade, como também para a população de São Paulo. Para a construção desse monumento, participaram todos os partidos e organizações sociais de israelitas, angariando dinheiro e ajudando na construção desta Casa. Foi um trabalho muito intenso, que requeria muita energia, mas valeu a pena. Fui um de seus fundadores, e participei ativamente: arrecadando dinheiro, fazendo boletins para divulgar o ideal da Casa do Povo...

O motivo para a Casa do Povo desandar foi que nasceram várias organizações israelitas com maiores recursos financeiros. Esta foi uma das razões. Outra foi a queda do ideal progressista que veio com o declínio do ideal da União Soviética, com o 20º Congresso<sup>1</sup>. Naturalmente isso distanciou centenas de simpatizantes da Casa do Povo.

Eu era simpatizante do ideal socialista, mantinha-me fiel aos regimes socialistas. Para mim, naturalmente, foi uma grande tragédia. Mas isso foi ocasionado pela corrupção em vários desses países e pelo assassinato de várias pessoas que ainda deveriam viver nos dias de hoje. Mesmo assim, sou crente nas ideias socialistas. É minha religião. Mas a Casa do Povo ainda existe, graças a alguns idealistas que a mantêm viva!

## A mídia ídiche em São Paulo

Tomei parte ativa na imprensa israelita, editada no Brasil. Foram várias edições ídichistas-polonesas. Depois fui cuidar da imprensa progressista, com o jornal *Nossa Voz*. Fui um de seus fundadores. Era um jornal com duas páginas em português, e quatro em ídiche. Colaborei muitos anos até o golpe civil-militar de 1964, quando foi fechado.

Foi fechado não pelas autoridades. Como era um jornal progressista, os dirigentes ficaram com medo do que pudesse vir, repressões, censura e o liquidaram sozinhos. Quer dizer que não foi decreto do governo, nem da polícia. Acho que se não fosse esse medo, era capaz que funcionasse até hoje<sup>2</sup>.

Também trabalhei muitos anos no *Novo Momento*, órgão da imprensa da coletividade israelita do Rio de Janeiro, com caráter sionista.

## De volta à Polônia

Depois da Guerra, visitei a Polônia quatro vezes: em 1961, 1966, 1973 e 1984.

Em 1961, encontrei o país inteiro, principalmente Varsóvia, em ruínas. Isso me impressionou bastante. Encontrei algumas pessoas da minha família, uns primos. Visitei também minha cidade, Lublin, o bairro onde eu morava estava destruído. Não tinha mais nada! Mas quando voltei em 1966 já estava tudo reconstruído!

Fui a maior parte das vezes como turista. Mas em 1973, participei de um congresso para defender as fronteiras da Polônia com a Alemanha. E a Polônia ganhou. Foi reconhecida para sempre como território polonês.

## O desenvolvimento do Bom Retiro

O Brasil se desenvolveu muito desde que cheguei. A indústria se desenvolveu muito. As cidades cresceram bastante, São Paulo cresceu. Quando eu cheguei parece que tinham 600 mil habitantes, agora... um colosso. São 12, 15 milhões (em 1997).

Com o tempo, foram construídos prédios no Bom Retiro, e desapareceram os sobradinhos, principalmente perto do Jardim da Luz. A comunidade judaica contribuiu muito para o desenvolvimento do Bom Retiro. A maioria dos prédios foi construída pela colônia israelita, feitos por intermédio de condomínios que juntavam dezenas de famílias para construir os prédios grandes.

E a contribuição veio também no setor de comércio, indústria e cultura. A criação de escolas é intensa. Temos o Renascença, o Talmud Torah. O Bom Retiro progrediu bastante. Quando cheguei não tinha uma indústria tão importante, tinha menos fábricas, menos lojas. Agora melhorou bastante.

Sempre me senti bem no Brasil. Achei no povo brasileiro um povo educado, que respeita o outro, e que serve de lição para os outros povos cujas ideias são avançadas, mas que tem muito a aprender com o Brasil, como resolver os problemas de minorias nacionais. É um povo delicado, apesar de existir entre eles criminosos.

E vivo aqui feliz!  
Sou um homem simples.

<sup>1</sup> 20º Congresso do Partido Comunista na União Soviética. Aconteceu em 1956, e o secretário do Partido, Nikita Khrushchov, aproveitou a ocasião para denúncias as violências e as limitações às liberdades impostas pelo regime de Stalin. A revelação chocou os seguidores do Partido e causou diversas rupturas. (N.E)

<sup>2</sup> Essa é uma das versões sobre o fechamento do jornal *Nossa Voz*. Porém, outros relatos afirmam que a redação da Casa do Povo foi invadida por militares que, devido ao viés progressista da publicação, "empastelaram" o jornal. (N.E)

## EDITORIAL

Feito em tempos de incerteza e acirradas disputas por narrativas, o número 1.017 do jornal *Nossa Voz* busca arejar as discussões acerca dos acontecimentos recentes: o processo de *impeachment*, a organização dos jogos olímpicos e seu impacto no desenvolvimento das cidades e controle de corpos, e os desastres socioambientais, como a construção da usina de Belo Monte e o desastre de Mariana. Os textos, ensaios, intervenções artísticas e entrevistas lançam um olhar aprofundado e especulativo para a raiz destas discussões. Esta edição foi pensado como uma plataforma para dar voz a grupos e pessoas que se mobilizam criticamente frente a atual conjuntura política, funcionando, assim, como uma alternativa à mídia tradicional que oferece pouco espaço para a reflexão. O pensamento crítico está aliado aqui aos movimentos propositivos que emergem na atualidade, apontando para outras maneiras de se fazer política – inquietação fundamental para um jornal que pretende trazer em diálogo diversas práticas artísticas, exercícios de reflexão e de imaginação.

A já tradicional coluna do Seminário Público: Micropolíticas, escrita por Amílcar Packer e Acácio Augusto, abre este número com um texto que funciona como um grande retalho de reflexões, provocações, listas e citações que constroem um chão possível, mas que preserva a instabilidade e a multiplicidade de vozes que se posicionam frente ao atual contexto. A ausência de imagem no texto anuncia a reflexão proposta por Rodrigo Maltez Novaes sobre a importância da imagem no fazer político. Analisando eventos recentes a partir das teorias do filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser, Novaes propõe uma “pequena polêmica sobre a imagem”, em que busca entender como imaginários são construídos a partir da acelerada proliferação de imagens e como estas são capazes de substituir uma ideia de realidade.

Entre os recortes do SPM e o ensaio de Novaes, os dois artigos seguintes discutem também duas formas de disciplina e controle: a política da cidade e a política dos corpos. Em *Política do judiciário: por que prendemos tanta gente?*, Lucas Maurício Silva questiona o sistema carcerário brasileiro ao mesmo tempo em que tenciona a relação entre o judiciário e a democracia. O texto é atravessado por intervenções visuais que Raphael Escobar vem coletando a partir de sua experiência como oficinairo na Fundação Casa, antiga FEBEM. Em *Grandes metrópoles, megaeventos e o futuro*, a arquiteta e urbanista carioca Clarissa Moreira traça um cenário da transformação urbana e social do Rio de Janeiro em nome de megaeventos como a Copa de 2014 e os recentes Jogos Olímpicos. Seguindo uma lógica de elitização, afim de se alcançar um certo “modelo de cidade” insaturado por leis emergenciais, a política urbana adotada para a capital fluminense nos últimos anos foi uma cruel ferramenta de desapropriação e de exclusão das comunidades mais pobres.

Entre as ameaças ao direito à cidade e aos direitos civis básicos, vale destacar também as ameaças à natureza. Os efeitos das medidas adotadas por políticas desenvolvimentistas colocam a urgência do debate de questões ligadas à ecologia e aos saberes de povos tradicionais e indígenas. Estas questões apontam para a relação sistêmica entre as cidades e os meios rurais, não separando as lutas urbanas por moradia das lutas indígenas por terra. A jornalista Letícia Leite, que acompanhou de perto o processo de construção da usina Belo Monte, no Pará, e a destruição das comunidades indígenas da região, relata em *Belo Monte e a ruptura democrática na Amazônia*, um dos últimos atos da presidente Dilma Rousseff antes do seu afastamento: a inauguração da obra que foi feita em meio a diversas denúncias de corrupção envolvendo o projeto. Ainda abordando questões ambientais, o ensaio do artista português Pedro Neves Marques – *É preciso olhar para cima: o céu está a cair* – nos fala sobre as cosmologias ameríndias e de como, para certos povos, o mundo já acabou faz tempo. O texto dialoga com fotografias da região de Mariana devastada pela lama após o desastre da Samarco. As imagens são de Helena Wolfenson e fazem parte do projeto *Rastro de Lama*, documentário em fase de produção.

Em meio a um mundo despedaçado, as lutas dos secundaristas apontam para uma possível renovação do fazer político. Usando ferramentas de escrita cinematográfica, Martha Kiss Perrone e Fábio Zuker transcrevem em curtas seqüências a luta daqueles que ocupam as escolas, as ruas e o imaginário político de diversas gerações desde o final de 2015, quando se opuseram à reorganização do sistema das unidades de ensino do Estado de São Paulo.

Enquanto horizontes se abrem, outros parecem se fechar. Uma guinada ao conservadorismo e autoritarismo pode ser sentida a nível internacional. Nosso correspondente em Instambul, que optou por não se identificar, expõe em uma entrevista ao jornal algumas especulações sobre a tentativa de golpe militar que o país sofreu em julho deste ano. Apesar da ação ter sido mal sucedida, foi o suficiente para que o presidente Erdogan, que já sofre duras críticas por seu comando autoritário, desencadeasse uma série de medidas opressoras e de perseguição àqueles que se opõem ao seu governo.

Frente a expectativas de futuros e fins, o *Vozes de Nossa Voz* desta edição traz um relato de Luzer Goldbaum, um dos fundadores da Casa do Povo, que conta sobre sua vinda da Polônia ao Brasil no começo do século XX na esperança de condições melhores de vida e as lutas instauradas no coração do Bom Retiro pelos imigrantes judeus socialistas. Olhando para o céu, as astrólogas Maria da Graça Medeiros e Rachel Aisengart Menezes apresentam uma leitura do atual contexto político brasileiro feita a partir dos astros. Por fim, o Partido Pela Utopia Brasileira (PPUB) lança neste número a sua campanha para as eleições presidenciais de 2022! Em terra de messianismo, todos podem ser profetas!

**28 de agosto de 2016**  
**Benjamin Seroussi, Isabella Rjeille e Mariana Lorenzi**

## ACONTECE NO BAIRRO

**de 15 de out a 15 de nov**

**Casa do Povo**

### Refúgio polonês no Bom Retiro

O artista e arquiteto polonês Jakub Szczesny, que vem trabalhando há anos com questões ligadas a habitações mínimas, constrói uma obra-casa provisória no terraço da Casa do Povo para viver durante um mês. A instalação funciona também como uma plataforma temporária de reflexão coletiva sobre migrações e políticas de refúgio, questionando, assim, os rótulos culturais com os quais estamos habituados a lidar por meio de uma programação intensa com apresentações musicais, projeções e conversas abertas ao público.

O projeto se desdobra em uma publicação – *Percurso e desvios poloneses* – que conta com a participação dessa comunidade heterogênea na construção da cidade e do seu imaginário, ao mesmo tempo em que questiona o próprio rótulo do que é ser “polonês”.

Parceria: Institute Adam Mickiewicz e FAU-USP.

**06 de set a 11 de nov**

### Cozinha Kombineada

A proposta da Cozinha Kombineada, selecionada pela chamada aberta da Residência para Coletivos, parte de uma reflexão sobre as características do Bom Retiro como bairro de imigrantes para pensar, por meio da criação de uma cozinha temporária e improvisada, formas de gerar encontros e fricções entre os diversos grupos que vivem e trabalham na região.

**Pinacoteca do Estado de São Paulo**

### Uma coleção particular Arte contemporânea no Acervo da Pinacoteca

A exposição apresenta um panorama da arte contemporânea no Brasil a partir de sua coleção, com obras realizadas de 1980 até hoje, por artistas nascidos ou radicados no país. Uma seleção que reúne mais de 60 obras, a maior parte incorporada recentemente ao acervo da instituição e com trabalhos que vêm a público pela primeira vez – como é o caso dos empréstimos em comodato da coleção Roger Wright.

**Museu Emilio Ribas**

### Mais que humanos. Arte no Juquery

A exposição apresenta obras do acervo de artes plásticas do Juquery, com organização de Ricardo Resende, curador do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea. São expostas mais de 100 obras de pacientes que estiveram em condição manicomial e frequentaram o Ateliê Livre, criado pelo psiquiatra Dr. Osório César, na década de 1950. Com o objetivo de dar visibilidade à história da saúde mental, a programação, além da exposição, também englobará atividades culturais, debates e sessões de cinema.

## CLASSIFICADOS

### Anuncie!

**Traga seu anúncio para a próxima edição do jornal Nossa Voz.**

**Escreva para info@casadopovo.org.br**

**PORTAL LUX**

Portal Lux oferece soluções personalizadas em iluminação LED.

Temos o melhor preço e cobrimos qualquer oferta anunciada em jornais.

Rua Três Rios, 244 – Bom Retiro São Paulo, SP, Brasil CEP: 01123-001



**Cantina e pizzaria Monte Verde Bom Retiro comemora este ano 60 anos**

Desde 1956 no mesmo endereço, Rua Barra do Tibagi, 406, Bom Retiro

Temos espaço para eventos de até 30 pessoas e levamos a pizzaria até a sua casa.

www.pizzariamonteverde.com.br

fone: 11 3337 3956/11 999 782 560

**SUPER TATA**

Rua Joaquim Murtinho, 51 Das 11:30 às 14:00 e das 18:00 às 22:00

**Prato feito com cozinha baiana no almoço**

Espetinhos e pratos coreanos à noite

## FICHA TÉCNICA

**Editores** Benjamin Seroussi, Isabella Rjeille e Mariana Lorenzi  
**Coordenação editorial** Ana Druwe  
**Projeto gráfico** Margem  
**Gráfica** Cinelândia  
**Revisão** Gilda Morassutti  
**Tradução** Pedro Köberle  
**Tiragem** 2.500

**Colaboradores** Amílcar Packer, Clarissa Moreira, Fábio Zuker, Grasielle Magri Grossi, Helena Wolfenson, Letícia Leite, Lucas Maurício Silva, Luís Filipe Silvério Lima, Luzer Goldbaum, Maria da Graça Medeiros, Martha Kiss Perrone, Marina Vianna, Pedro Neves Marques, Rachel Aisengart Menezes, Raphael Escobar, Rodrigo Maltez Novaes e Secundaristas

**Comitê Editorial** Alexandre Lindenberg, Celso Curi, Chico Daviña, Eduardo Sterzi, Jairo Degenszajn, Jean Tible, Lilian Starobinas, Marcelo Hotimsky, Marcos Ajzenberg, Mayara Vivian, Michelle Gonçalves, Noemie Jaffe e Valeria Piccoli

**Agradecimentos** Barbara Szaniecki, Deborah Danowski, Gustavo Valadão e Luciane Mello

*Nossa Voz* é uma publicação da Casa do Povo. O jornal existiu próximo à instituição, de 1947 a 1964, quando foi fechado pela ditadura militar devido ao seu posicionamento político. Em 2014, foi relançado pela Casa do Povo tendo seus eixos editoriais repensados a partir do contexto contemporâneo, em diálogo com as suas premissas históricas. O comitê editorial se reúne regularmente para discutir a cidade, a memória e as práticas artísticas em consonância com a situação política atual. Para saber mais sobre o *Nossa Voz* e a Casa do Povo: [www.casadopovo.org.br](http://www.casadopovo.org.br), [facebook.com/casadopovoxxi](https://facebook.com/casadopovoxxi).

A publicação tem distribuição gratuita nas instituições parceiras e em algumas bancas do bairro do Bom Retiro em São Paulo.

Para ver as edições antigas (1947-1964): [www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)



Apoio:



Apoio cultural:



Realização:

**CASA DO POVO**